



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 010/2025**

Município de Saldanha Marinho, RS  
Secretaria Municipal De Obras e Trânsito.  
Edital de Pregão Eletrônico nº 010/2025  
Tipo de julgamento: menor preço global  
Modo de disputa: aberto  
Processo nº 043/2025

Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção e recuperação de estradas vicinais. Convênio 942311/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALDANHA MARINHO, RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por global, tem por objetivo o para contratação de empresa especializada em serviços de manutenção e recuperação de estradas vicinais. Convênio 942311/2023, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal nº 052, de 31 de maio de 2017.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), no dia **26 de junho de 2025**, às **09:00h**, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às **08:59h**, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

### **1. DO OBJETO:**

Constitui objeto da presente licitação para serviços de manutenção e recuperação de estradas vicinais, cujas descrições estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo I).

## **2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME:**

**2.1.** Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

**2.2.** As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: [licitacao@saldanhamarinho.rs.gov.br](mailto:licitacao@saldanhamarinho.rs.gov.br)

**2.3.** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

**2.3.1.** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

**2.3.2.** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

**2.3.3.** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

**2.3.4.** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

**2.3.5.** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

## **3. ENVIO DAS PROPOSTAS:**

**3.1.** As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

**OBS.:** Art. 63 [...] § 2º Quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, **o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.**

**§ 3º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.**

§ 4º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, se os licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a Administração deverá disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados.

#### **4. PROPOSTA:**

**4.1.** O prazo de validade da proposta será de 30 dias úteis, a contar da data de abertura da sessão eletrônica do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

**4.2.** Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II – Modelo de Proposta Comercial e de planilha de quantitativos e custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores.

#### **5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante vencedora<sup>1</sup> deverá enviar os seguintes documentos, em até 1 (um) dia útil, quando solicitado pelo agente de contratação:

- a)** O licitante deverá anexar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais, as declarações poderão ser conjuntas, conforme contas no anexo III deste edital:
- b)** Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação<sup>2</sup>.
- c)** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas<sup>3</sup>.
- d)** Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

---

<sup>1</sup> Art. 63 [...]

II – Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quanto a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

III – Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante, mais bem classificado:

<sup>2</sup>

Art.67, VI.

<sup>3</sup>

Art.63, IV.

e) Que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou a ata de registro de preços e/ou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte<sup>4</sup>.

f) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas<sup>5</sup>.

g) Que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República;

h) Outras eventuais declarações complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo sistema do pregão eletrônico e/ou pregoeiro, deverão ser realizadas via sistema ou encaminhadas no prazo máximo 1 (um) dia útil.

### **5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

a) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, e regularidade fiscal perante o Município, na forma do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;

---

<sup>4</sup> Art.4º, § 2º.

<sup>5</sup> Art. 63, § 1º.



- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) declaração de cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#), conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

### **5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais<sup>6</sup>;
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento;

**5.3.1.** É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

**5.3.2.** Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

**5.3.3.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura<sup>7</sup>.

**5.3.4.** Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

**5.3.4.1.** A substituição referida no item 5.3.4. Somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

**5.3.4.** Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

---

<sup>6</sup>**Até o dia 30 de abril:** todas as empresas poderão apresentar o balanço do penúltimo exercício, registrado no órgão competente ou enviado para Receita Federal no Brasil. **Entre o dia 30 de abril e o último dia útil de junho** (art. 5º, da IN 2003/2021, da RFB): 1. As empresas que não utilizam a Escrituração Contábil Digital – ECD, deverão apresentar obrigatoriamente o balanço do último exercício financeiro devidamente registrado no órgão competente. 2. As empresas que utilizam a ECD deverão apresentar o balanço do último exercício financeiro, se já encaminhado para a Receita Federal, ou do penúltimo exercício financeiro, acompanhado de documento oficial ou de declaração firmada por contador, que comprove que a empresa adota a ECD. **Após o último dia útil de junho:** todas as empresas deverão apresentar balanço do último exercício financeiro, devidamente registrado no órgão competente ou enviado para Receita Federal.

<sup>7</sup> Art.65, §1º.

## **5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL:**

**5.4.1.** A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

- a)** apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- b)** certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da presente licitação;
- c)** indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da presente licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- d)** prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, **quando for o caso**;
- e)** registro ou inscrição na entidade profissional competente, **quando for o caso**;
- f)** declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **5.5 DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

**5.5.1.** Aplicam-se ao presente processo licitatório as disposições constantes nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006<sup>8</sup>

## **5.6. DO CADASTRAMENTO PRÉVIO:**

**5.6.1.** Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

**5.6.2.** A substituição referida no item 5.6.1. somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

**5.6.3.** Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

---

<sup>8</sup> Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

[...]

II – no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

## **5.7. SUBSTITUIÇÃO OU APRESENTAÇÃO DE NOVOS DOCUMENTOS:**

**5.7.1.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas<sup>9</sup>.

**5.7.2.** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação<sup>10</sup>.

**5.7.3.** A Habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento, desde que haja regulamentação pelo poder público<sup>11</sup>.

## **6. GARANTIA DE PROPOSTA:**

**6.1.** Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento do valor equivalente a **5% (cinco por cento)** do valor estimado para a contratação, a título de garantia de proposta, como requisito de **pré-habilitação**.

**6.1.1.** A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**6.1.2.** A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

**6.1.3.** Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

## **7. VEDAÇÕES:**

**7.1.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

---

<sup>9</sup> Art. 64, I e II.

<sup>10</sup> Art. 64, § 2º.

<sup>11</sup> Art. 65, § 2º.

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.<sup>12</sup>

**7.2.** O impedimento de que trata a alínea “a” do item 7.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**7.3.** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato<sup>13</sup>.

## **8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**8.1.** No dia e hora indicados no preâmbulo, o agente de contratação abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

**8.2.** O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

---

<sup>12</sup> Art. 9º, § 1º.

<sup>13</sup> Art. 48, parágrafo único.

**8.3.** A comunicação entre o agente de contratação e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

**8.4.** Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

## **9. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

**9.1.** O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**9.2.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** contiverem vícios insanáveis;
- b)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c)** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**9.3.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**9.4.** Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração<sup>14</sup>.

**9.4.1.** Na hipótese prevista no item 9.4 do presente edital, a Administração poderá oportunizar ao licitante que comprove a exequibilidade da sua proposta, e, não havendo comprovação suficiente neste sentido, desclassificá-lo em razão da inexequibilidade apurada.

**9.5.** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**9.6.** As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o agente de contratação dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**9.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor<sup>15</sup>, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

---

<sup>14</sup> Art. 59, § 4º.

<sup>15</sup> Vide nota de rodapé nº 22.

**9.7.1.** O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

**9.7.2.** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**9.7.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

**9.7.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1%, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

**9.7.5.** Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

**9.7.6.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**9.8.** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

**9.9.** Após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora<sup>16</sup>.

## **10. MODO DE DISPUTA:**

**10.1.** Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 9.

**10.2.** A etapa competitiva de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**10.3.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**10.4.** Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**10.5.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o agente de contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

---

<sup>16</sup> Art. 56, § 5º.

**10.6.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o agente de contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**10.7.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no mesmo endereço eletrônico que ocorreu a sessão.

## **11. CRITÉRIOS DE DESEMPATE:**

**11.1.** Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

**11.1.2.** Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

**11.1.3.** Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

**b)** Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

**11.1.4.** O disposto no item 11.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

**11.2.** Se não houver licitante que atenda ao item 11.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem<sup>17</sup>:

**a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

---

<sup>17</sup> Conforme o disposto no Art. 60.

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**11.3.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.](#)

## **12. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO:**

**12.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o agente de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

**12.2.** A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo agente de contratação, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

**12.3.** Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

**12.4.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

## **13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO:**

**13.1.** Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1., 5.2. e 5.3., enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pelo agente de contratação, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

**13.2.** As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

**13.3.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.



**13.4.** A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**13.5.** Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

**13.6.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

#### **14. DO RECURSO:**

**14.1.** Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a)** ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b)** julgamento das propostas;
- c)** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d)** anulação ou revogação da licitação.

**14.2.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**14.3.** Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a)** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b)** a apreciação dar-se-á em fase única.

**14.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.5.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**14.6.** O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.<sup>18</sup>

## **15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO:**

**15.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

## **16. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO:**

**16.1.** O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de **5 úteis** dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**16.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**16.3.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**16.4.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**16.5.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 16.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**16.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento

---

<sup>18</sup> Art. 168.

total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

## **17. DAS GARANTIAS:**

**17.1.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

**17.2.** Sem prejuízo da garantia adicional prevista no item 16.1 do presente instrumento, será exigida do vencedor da licitação **garantia contratual de 5% (cinco por cento)** do valor inicial do contrato, cabendo ao contratado optar por uma das seguintes modalidades:

**a)** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

**b)** seguro-garantia;

**c)** fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**17.3.** O contratado terá o prazo de 1 (um) mês, prorrogável por igual período, a critério da Administração, mediante justificativa, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia, quando optar pela modalidade seguro garantia.

**17.4.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou retribuída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

## **18. OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA:**

**18.1.** A vencedora deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis ao serviço, bem como as normas de segurança do trabalho.

**18.2.** A vencedora deverá executar os serviços observando fielmente o projeto básico, Anexo I, inclusive em relação à qualidade dos materiais e ao cronograma de execução, e os termos da sua proposta.

**18.3.** A vencedora deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto às contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço, devendo apresentar mensalmente à Administração os comprovantes de pagamentos dos encargos trabalhistas e previdenciários.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Exigência pertinente aos serviços que envolverem cessão ou locação de mão de obra, visando a prevenção da responsabilidade trabalhista e previdenciária da Administração.

## **19. PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

**19.1.** O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência de 03 meses, a contar da publicação do seu extrato no Diário Oficial do órgão licitante, podendo ser prorrogado, justificadamente, a critério da Administração, nos termos da legislação.

**19.2.** O prazo previsto é de 03 meses para execução da obra, com possibilidade para prorrogação até a data do dia 28 de dezembro de 2025, prazo final da vigência do contrato.

## **20. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

**20.1.** O pagamento será efetuado contra empenho, até o décimo dia útil do mês subsequente, a contar do recebimento da fatura acompanhada da planilha de medição aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal da Pasta.

**20.2.** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA-E do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

**20.3.** Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

**20.4.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**20.5.** A despesa correrá na seguinte dotação orçamentária:

**04 Secretaria Municipal de Obras e Trânsito**

**04.02 Departamento de Obras**

**04.02.26.782.0055.2093.0500.0000 Recuper.Encascalham.Estradas Municipais e Pontes**

**04.02.26.782.0055.2093.7500.0000 Recuper.Encascalham.Estradas Municipais e Pontes**

**04.02.26.782.0055.2093.0500.3110 Recuper.Encascalham.Estradas Municipais e Pontes**

**3390.39.00.00.00.00 Outros serviços de terceiros**

## **21. DO REAJUSTE:**

**21.1.** OS valores objeto da contratação decorrente do processo licitatório serão reajustados com base no índice IPCA-E, a contar da data do orçamento estimado.

## **22. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**22.1.** O objeto licitado será recebido:

**22.1.1.** Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**22.1.2.** Definitivamente, por servidor ou comissão designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**22.2.** O objeto licitado poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

**21.3.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**21.4.** Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contrato.

**21.5.** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto.

**21.6.** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção (da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem) ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessária.

## **22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**22.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m)** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**22.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 22.1 deste edital as seguintes sanções<sup>20</sup>:

- a)** advertência;
- b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**22.3** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 22.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**22.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 22.2 do presente Edital.

**22.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**22.6.** A aplicação das sanções previstas no item 22.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

---

<sup>20</sup> Art. 156 ... § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

(...)

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos [incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei](#), o Poder Executivo **regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos**.

**22.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 22.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**22.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 22.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**22.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**22.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**22.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**22.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**22.13.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 22.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **23. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

**24.1.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**24.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no sítio eletrônico: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

#### **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**24.1.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

**24.2.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.

**24.3.** A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

**24.4.** Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Bárbara do Sul, RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e da ata de registro de preços e/ou contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Saldanha Marinho – RS, 13 de junho de 2025

Volmar Telles do Amaral  
Prefeito Municipal





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**  
**PARA ESTRADAS VICINAIS**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

## SUMÁRIO

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- Descrição do Objeto
- Prazo de Contrato prevendo possibilidade de prorrogação
- Relatório Fotográfico

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- Estudo Técnico Preliminar – ETP

### 3. DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- Objetivo dos Serviços
- Descrição dos Elementos
- Valor estimado da Manutenção

### 4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- Anexo I – **Planilha de Orçamento**
  - Estimativa de Custos e Formação de Preços
  - Planilha de Composição de serviços
  - Memória de cálculo dos quantitativos da planilha orçamentária;
  - Planilha de Composição do BDI e Detalhamento dos Encargos Sociais,
  - Planilha com cronograma físico-financeiro.
- Anexo II – **ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)**
- Anexo III – Mapa ou Croqui da localização da Obra ou serviço de Engenharia

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

ITEM	OBJETOS CONFORME I.N 25
<b>1</b>	<b>Execução de Obras e Serviços de Engenharia para Estradas Vicinais</b>
	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Contratação elaboração de estudos e diagnósticos técnicos e serviços de profissional;</li><li>○ Contratação de serviços técnico-operacionais;</li><li>○ Transportes de material: Revsol e materiais semelhantes (Hora-Máquina etc.);</li><li>○ Material de consumo: calcário, pedra britada e materiais semelhantes;</li><li>○ Serviço de Terraplanagem e Cascalhamento;</li><li>○ Manutenção de Estradas Vicinais;</li><li>○ Adequação ou Readequação de Estradas Vicinais</li><li>○ Aquisição de mata burro.</li></ul>
<b>2</b>	<b>Obras para o fomento ao acesso à energia elétrica</b>
	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Aquisição de poste;</li><li>○ Aquisição de condutor;</li><li>○ Aquisição de eletroduto;</li><li>○ Aquisição de chave de proteção para-raios;</li><li>○ Aquisição de transformador;</li><li>○ Aquisição de material para aterramento;</li><li>○ Aquisição de gerador síncrono, de indução, assíncrono de célula de combustível, fotovoltaico e aerogerador;</li></ul>
<b>5</b>	<b>Implantação de Boas Práticas Agropecuárias</b>
	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Aquisição de cerca;</li><li>○ Aquisição de brete;</li><li>○ Aquisição de cocho;</li><li>○ Aquisição de bebedouro animal;</li><li>○ Aquisição sombrite.</li></ul>



## 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

### Informações Gerais

<b>Objetos Eixo I.N 25</b>	<i>Manutenção de Estradas Vicinais</i>		
<b>Objeto Cadastrado no transferegov</b>	Recuperação e manutenção das estradas vicinais do Município de Saldanha Marinho		
<b>Convênio:</b>	942311/2023	<b>Proposta:</b>	041902/2023
<b>Município:</b>	Saldanha Marinho	<b>UF:</b>	RS
<b>Data da Vigência:</b>	28/12/2025	<b>Cronograma da Obra</b>	3 meses

### DESCRIÇÃO DO OBJETO

#### Manutenção e Recuperação de Estradas Vicinais

Cascalhamento da estrada vicinal, localizada no Interior do Município de Saldanha Marinho/RS, a qual liga a BR 285. A via em questão está com alto nível de deterioração do pavimento existente decorrente da falta de manutenção e erosão causada pelas chuvas, o que dificulta a trafegabilidade sobre a mesma.

A obra está dividida em oito trechos a serem recuperados dentro da via, os quais foram escolhidos pela necessidade atual, de maior importância e dificuldade de manutenção destes.

### PRAZO DE CONTRATO PREVENDO POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

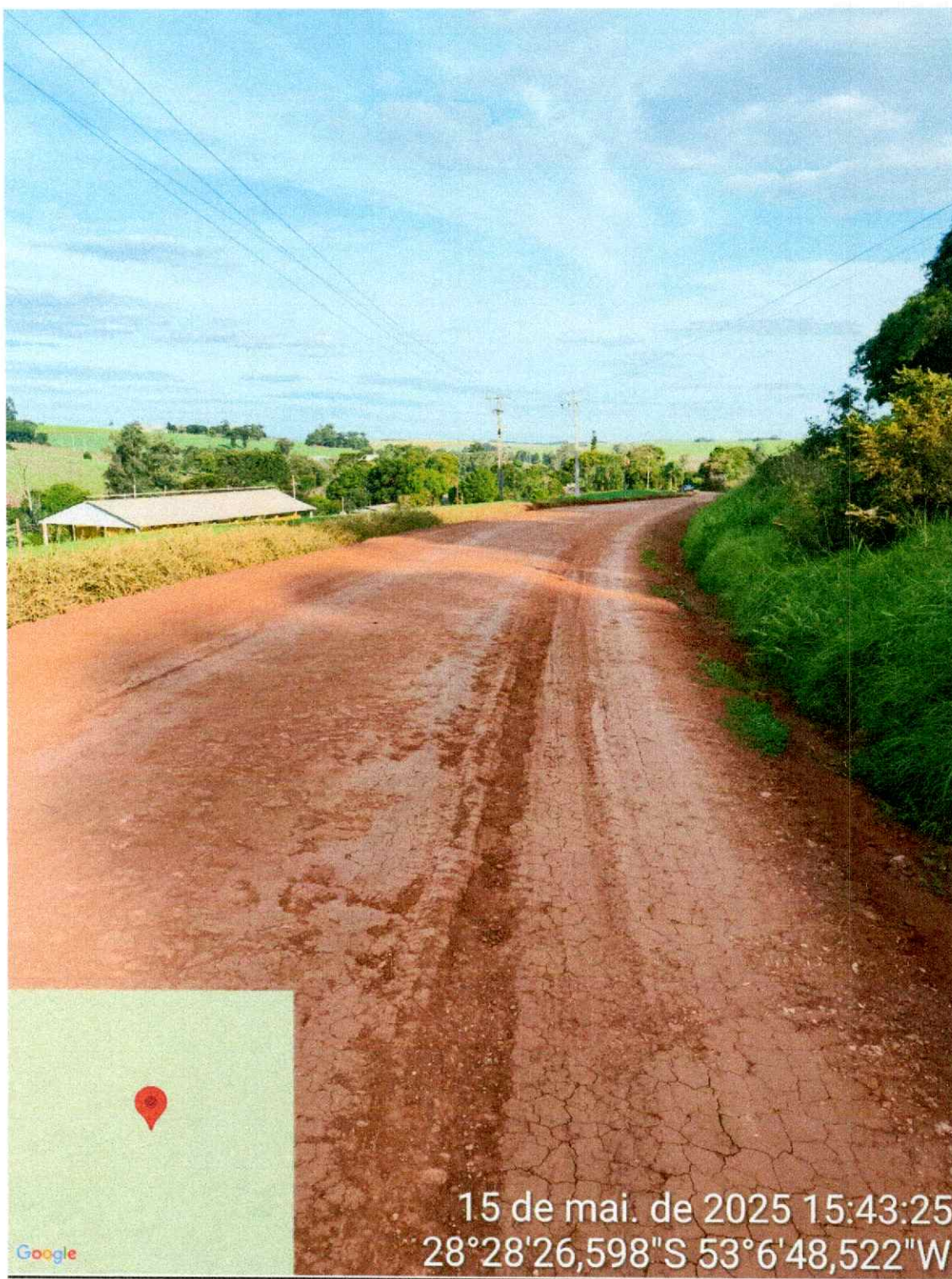
O prazo previsto é de 03(três) meses para execução da obra, com possibilidade de prorrogação até 28/12/2025, prazo final da vigência do convênio.





## RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

### TRECHO 01



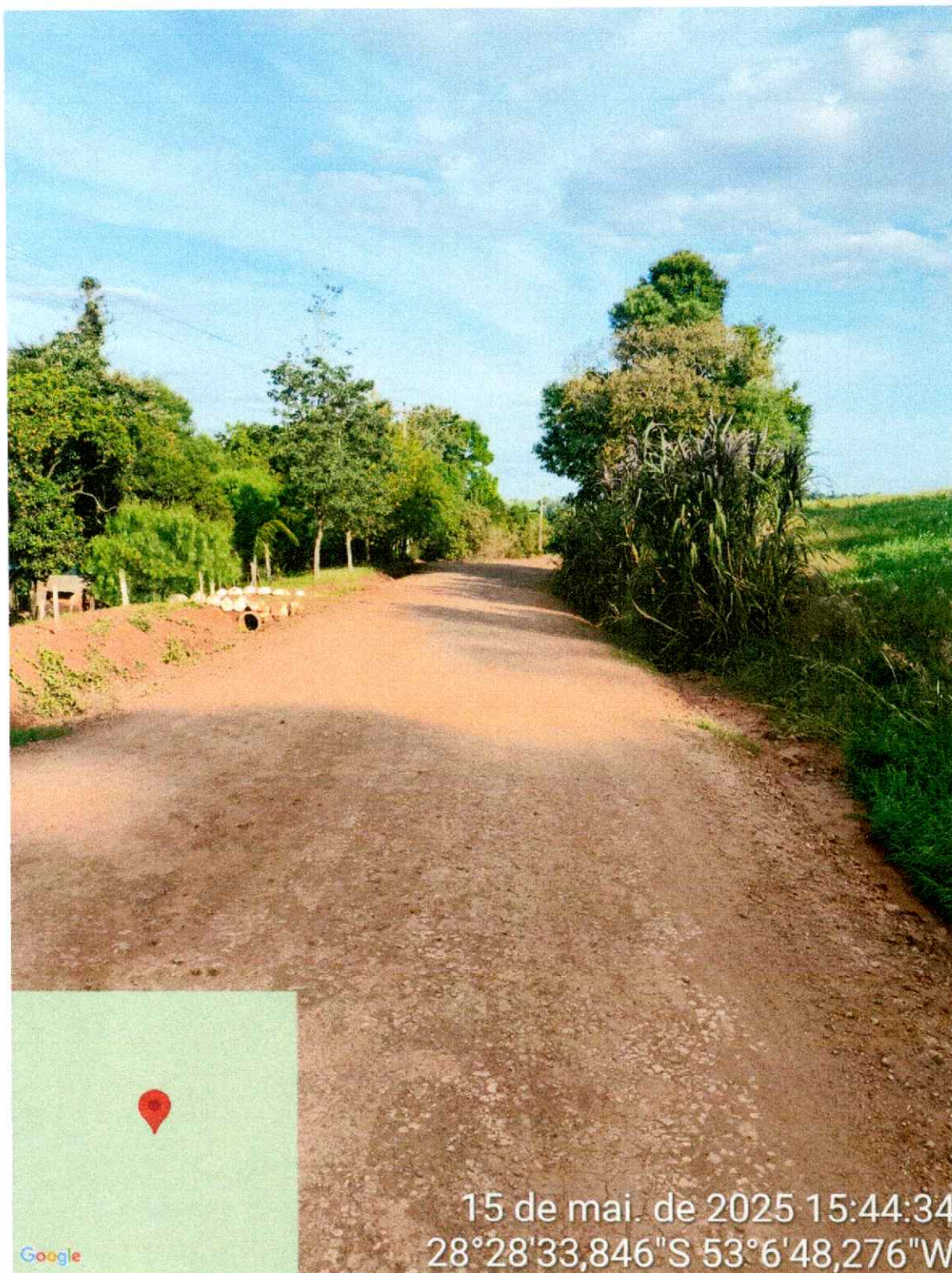
Fotografia 1: Próximo ao início do trecho 01

*[Handwritten signature]*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho



15 de mai. de 2025 15:44:34  
28°28'33,846"S 53°6'48,276"W

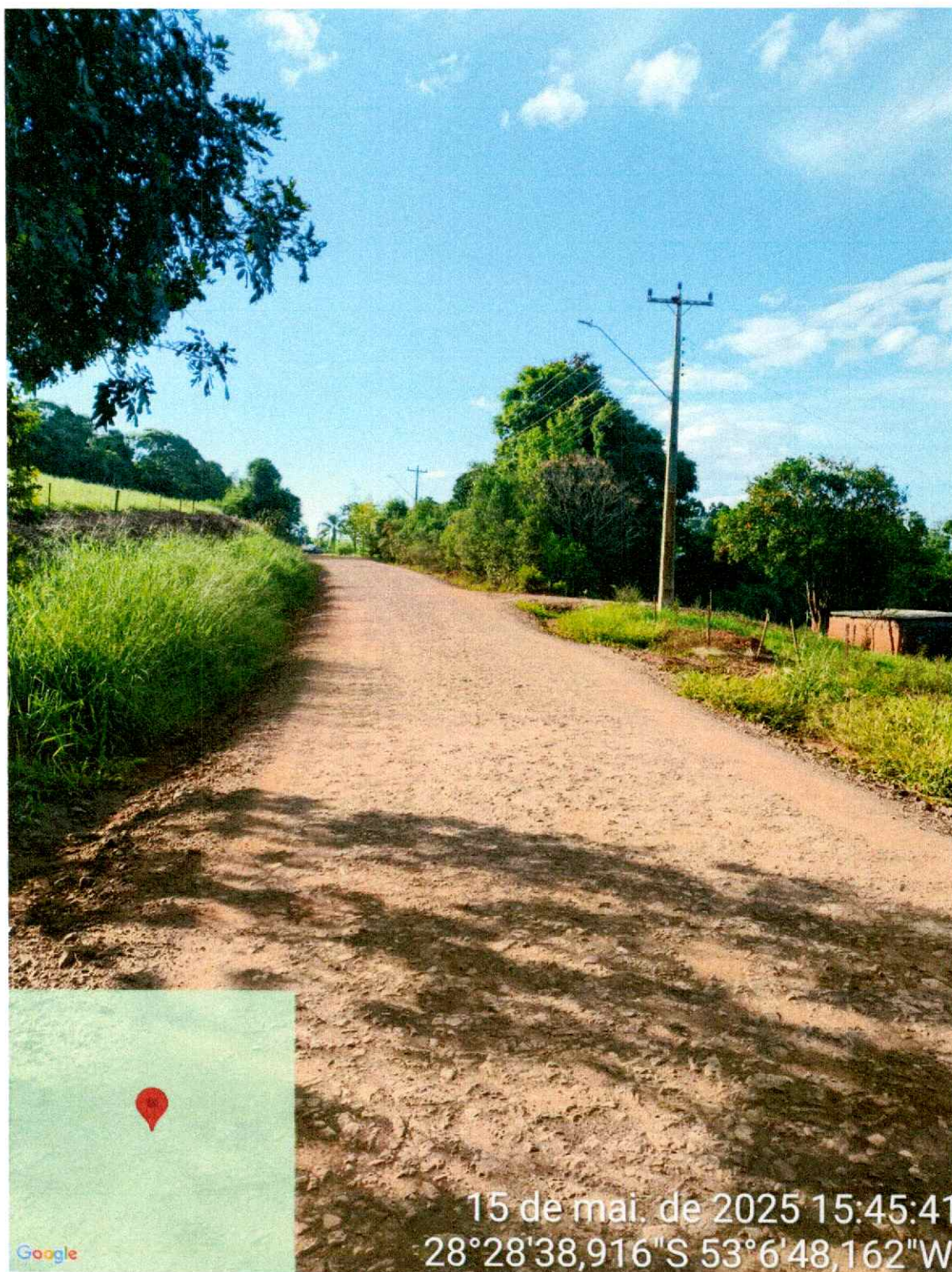
Fotografia 2: Centro do trecho 01

*[Handwritten signature]*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho



Fotografia 3: Fim do trecho 01

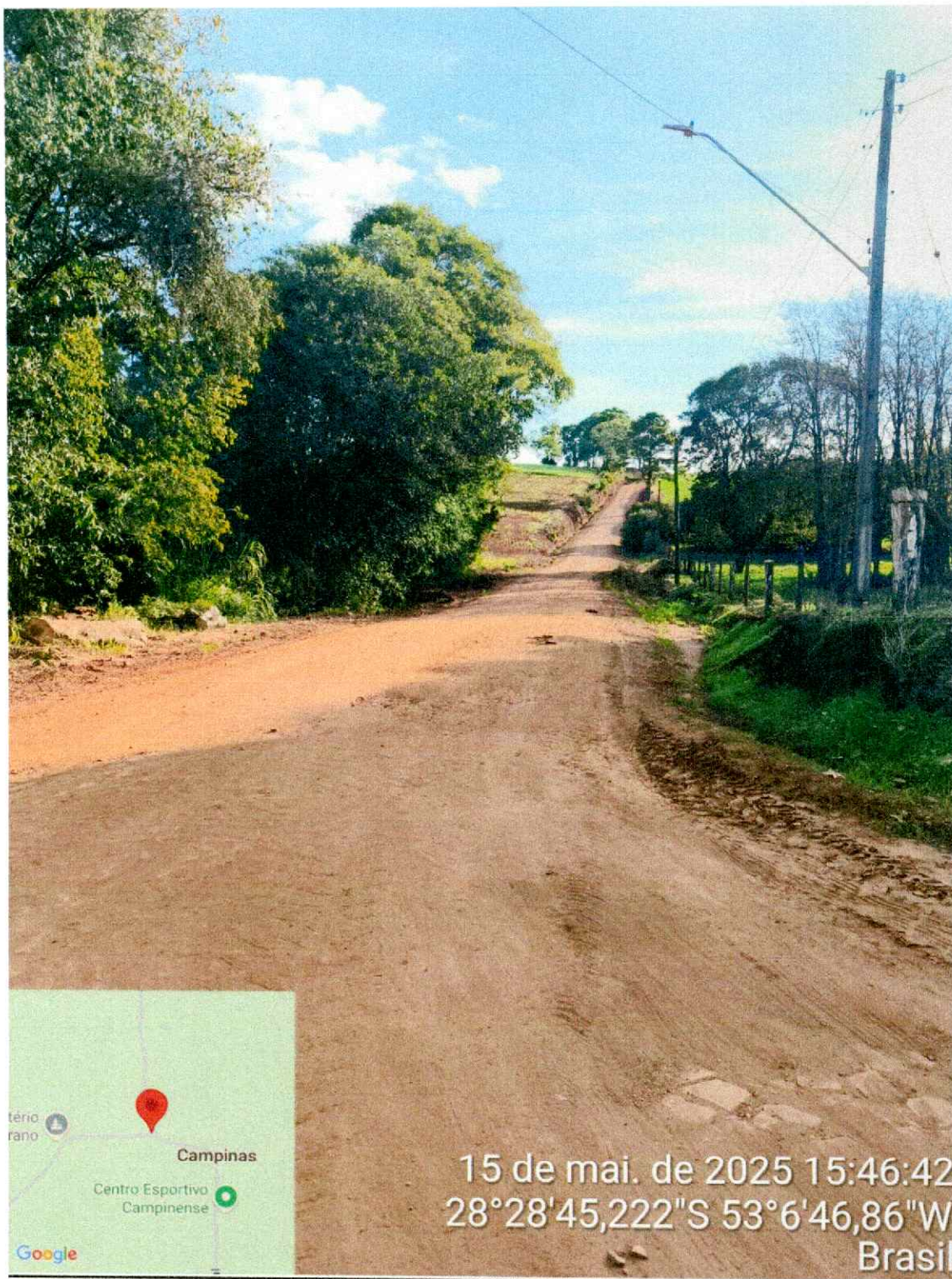
*[Handwritten signature]*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

TRECHO 02



15 de mai. de 2025 15:46:42  
28°28'45,222"S 53°6'46,86"W  
Brasil

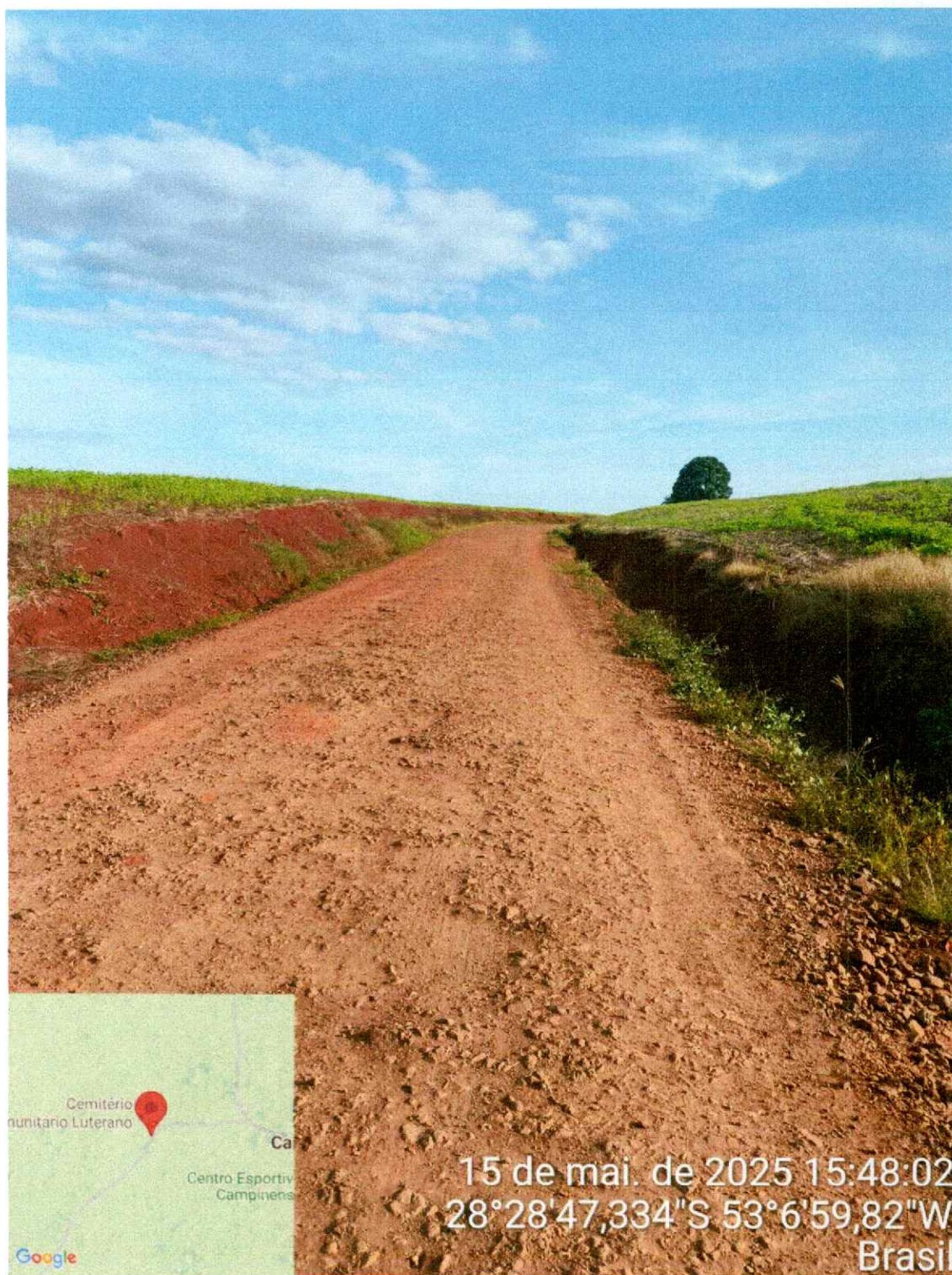
Fotografia 4: Início do trecho 02

ℱ D.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho



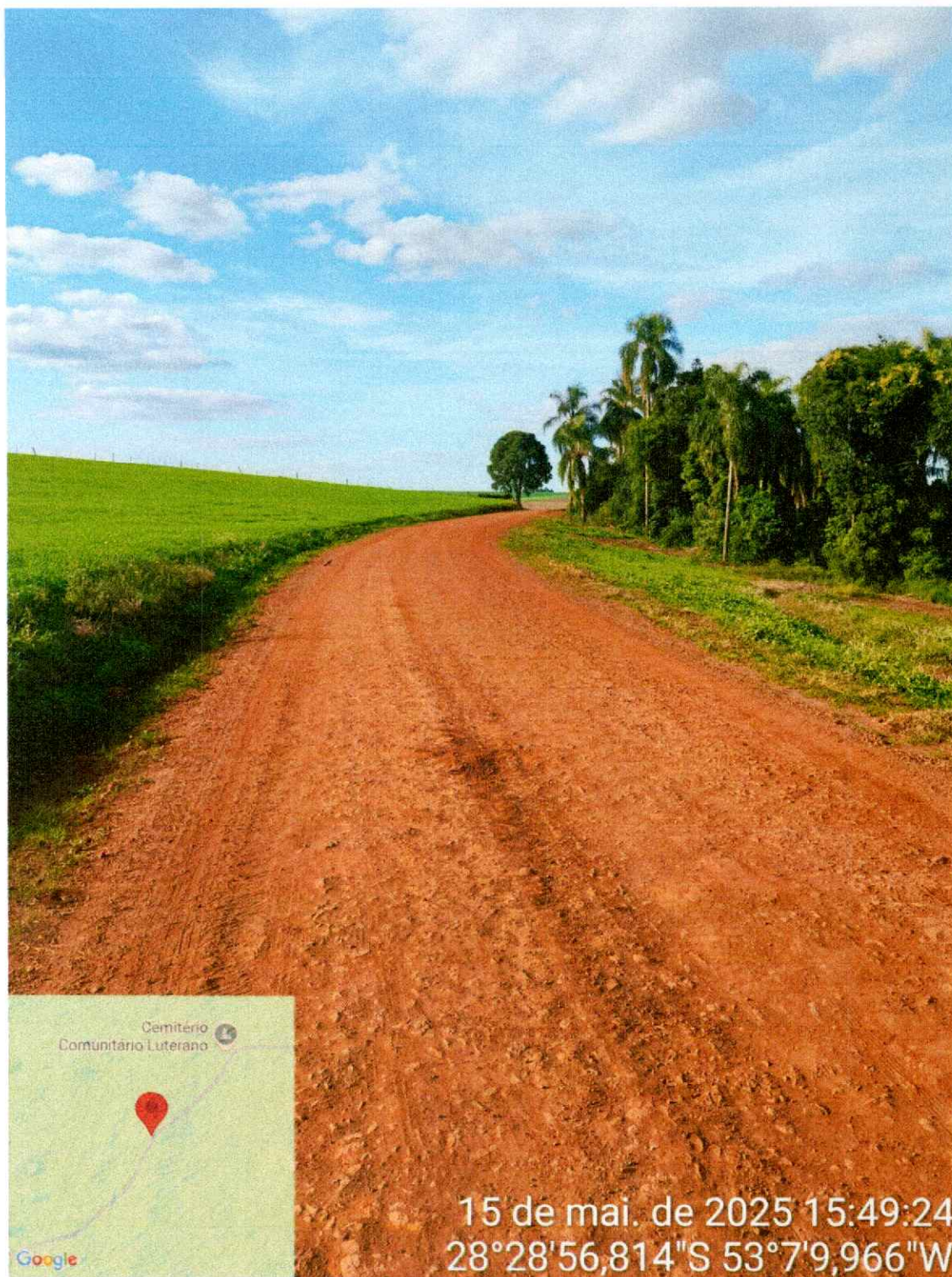
Fotografia 5: Centro do trecho 02

*[Handwritten signature]*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho



Fotografia 6: Próximo ao fim do trecho 02

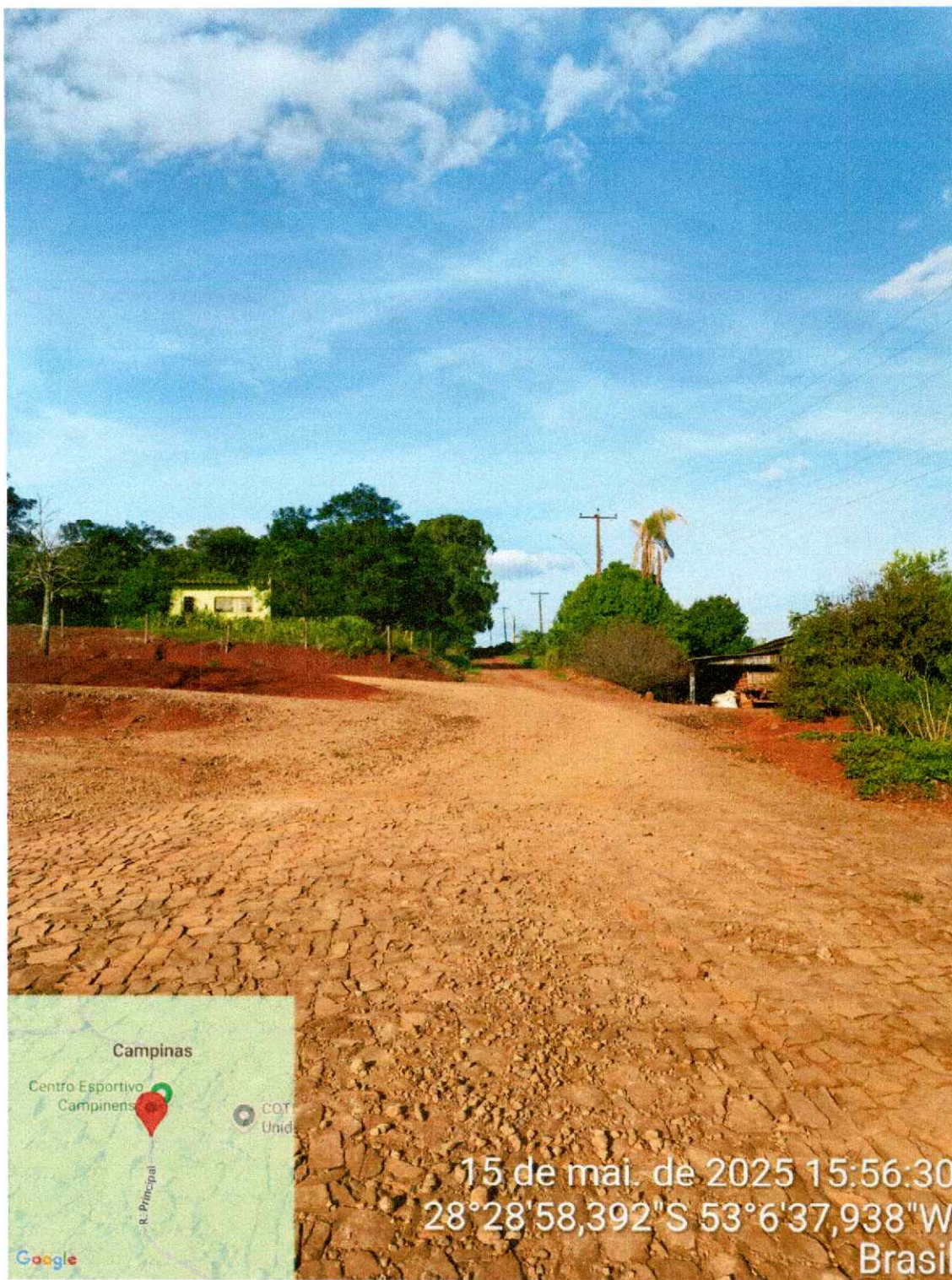
*F. D.*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

TRECHO 03



15 de mai. de 2025 15:56:30  
28°28'58,392"S 53°6'37,938"W  
Brasil

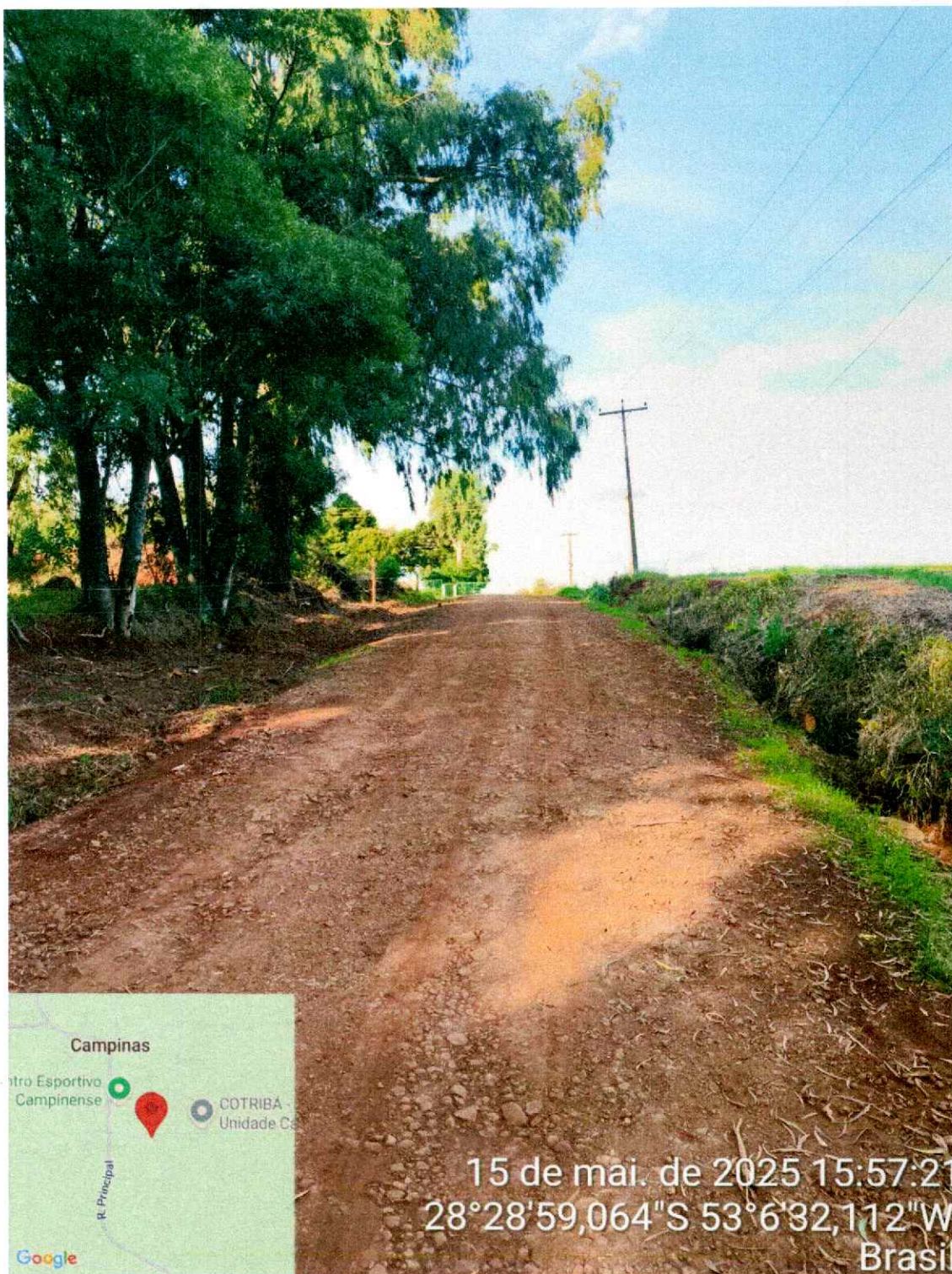
Fotografia 7: Início do trecho 03

f. d.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho



15 de mai. de 2025 15:57:21  
28°28'59,064"S 53°6'32,112"W  
Brasil

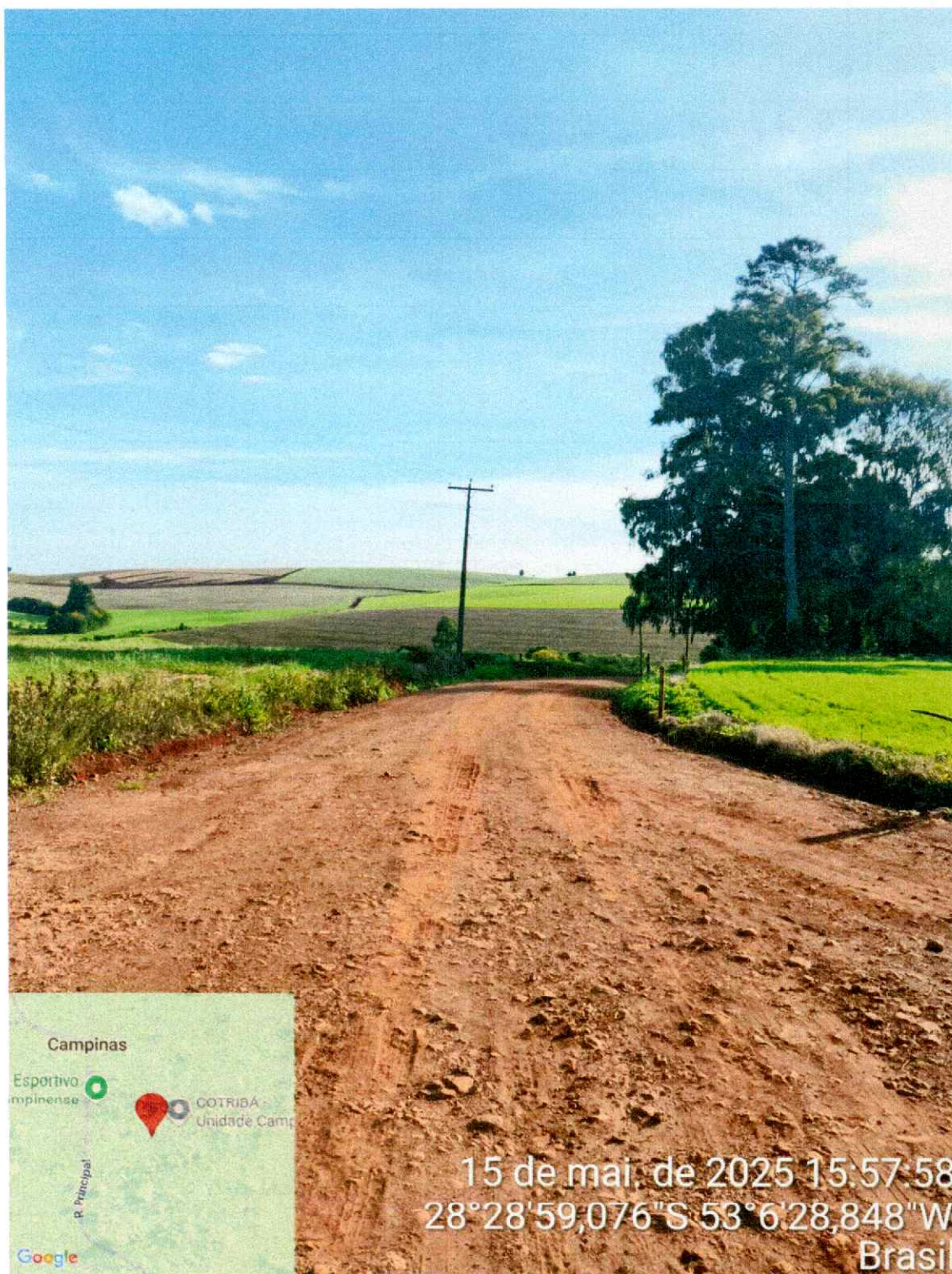
Fotografia 8: Centro do trecho 03

f. D.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho



Fotografia 9: Fim do trecho 03

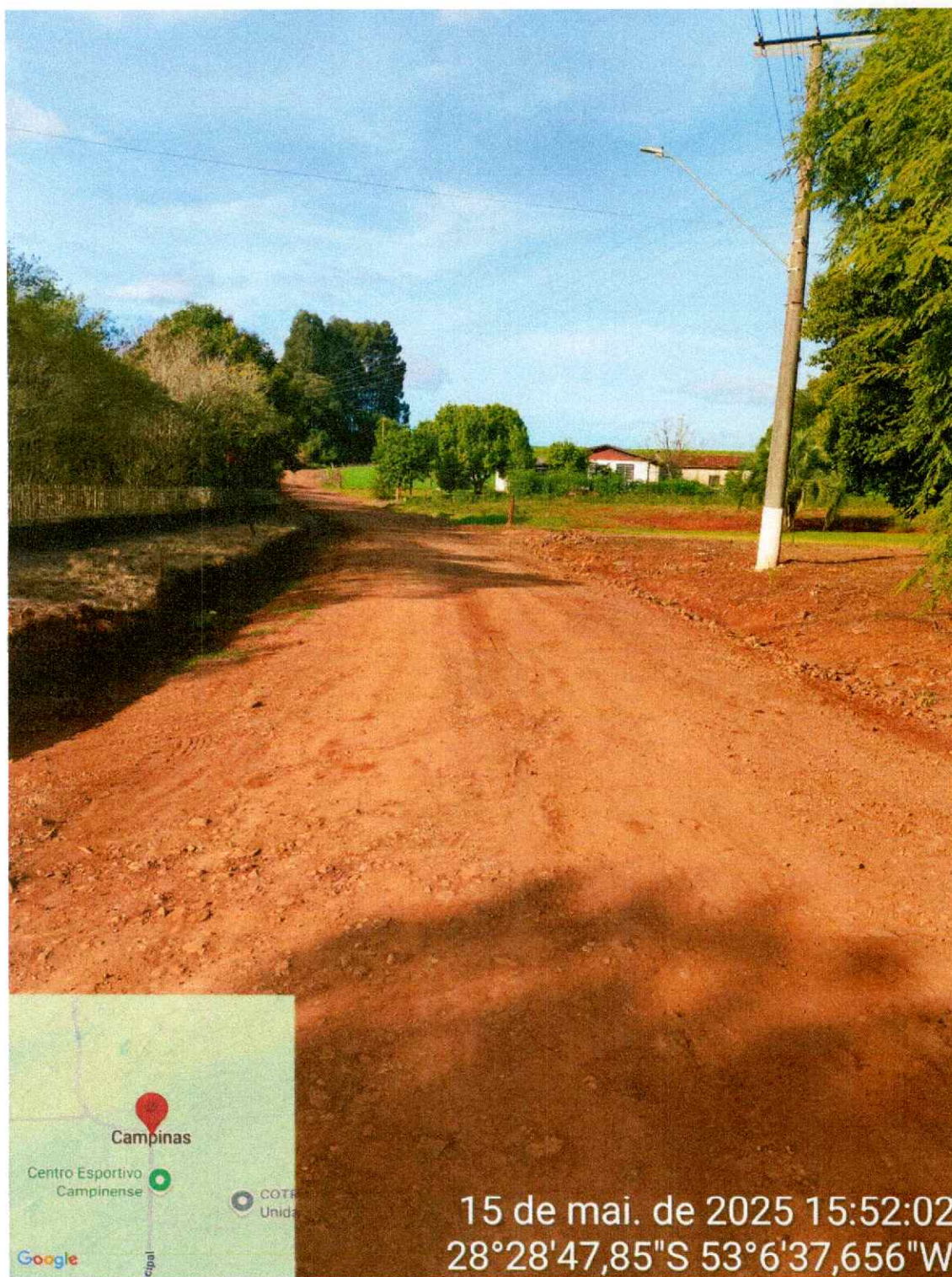
*[Handwritten signature]*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

TRECHO 04



15 de mai. de 2025 15:52:02  
28°28'47,85"S 53°6'37,656"W

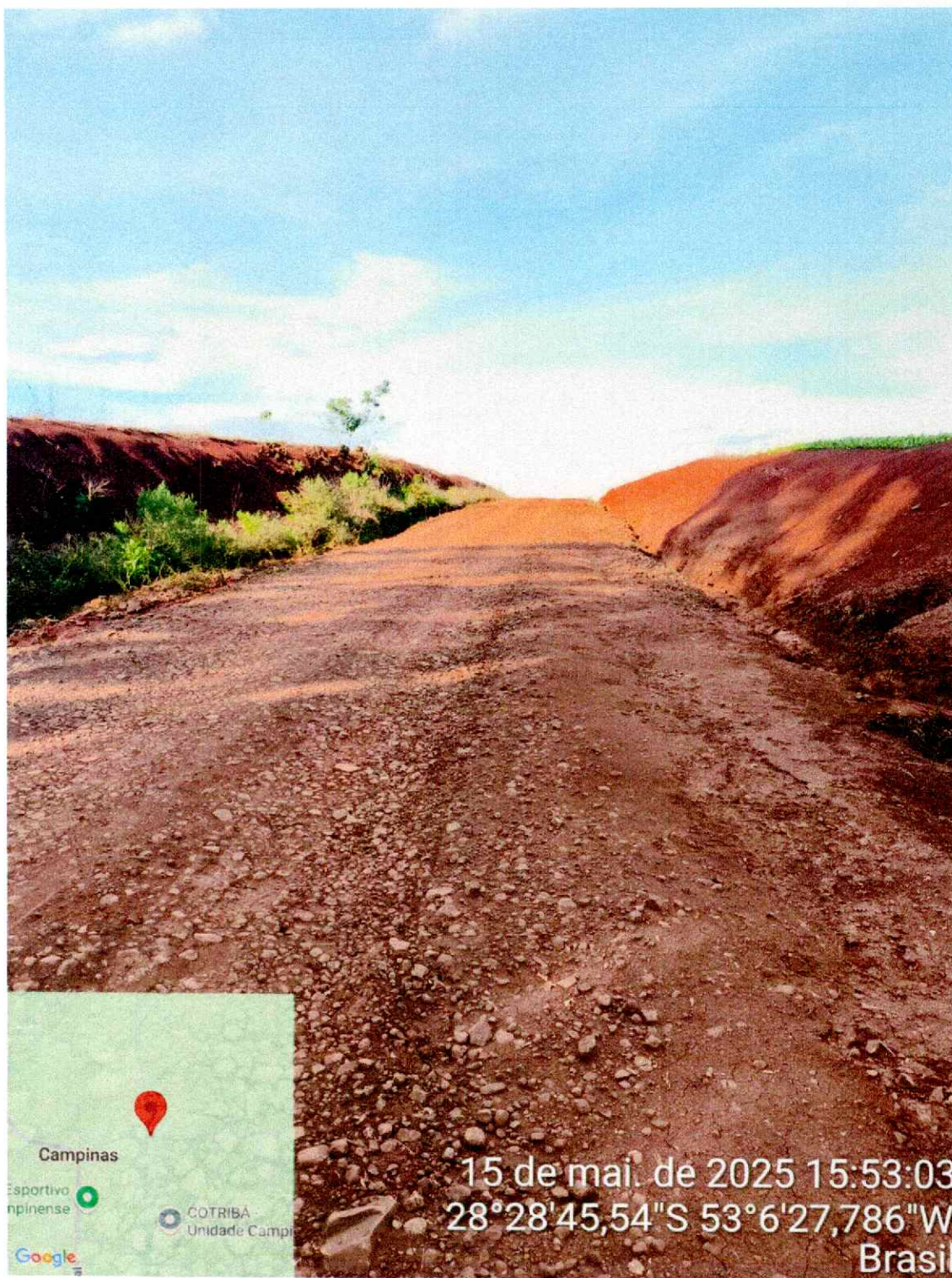
Fotografia 10: Início do trecho 04

*[Handwritten signature]*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho



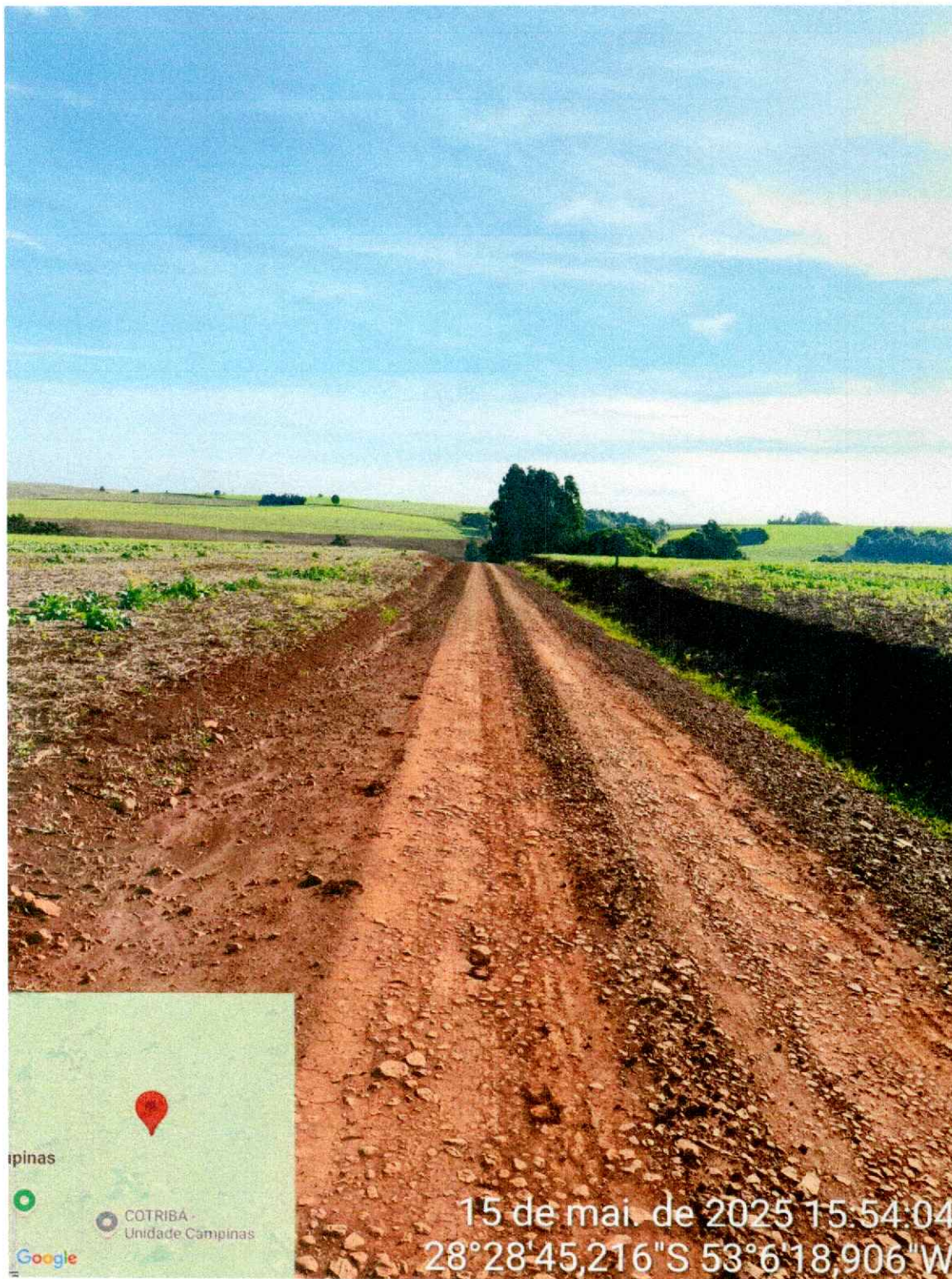
Fotografia 11: Centro do trecho 04

*[Handwritten signature]*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho



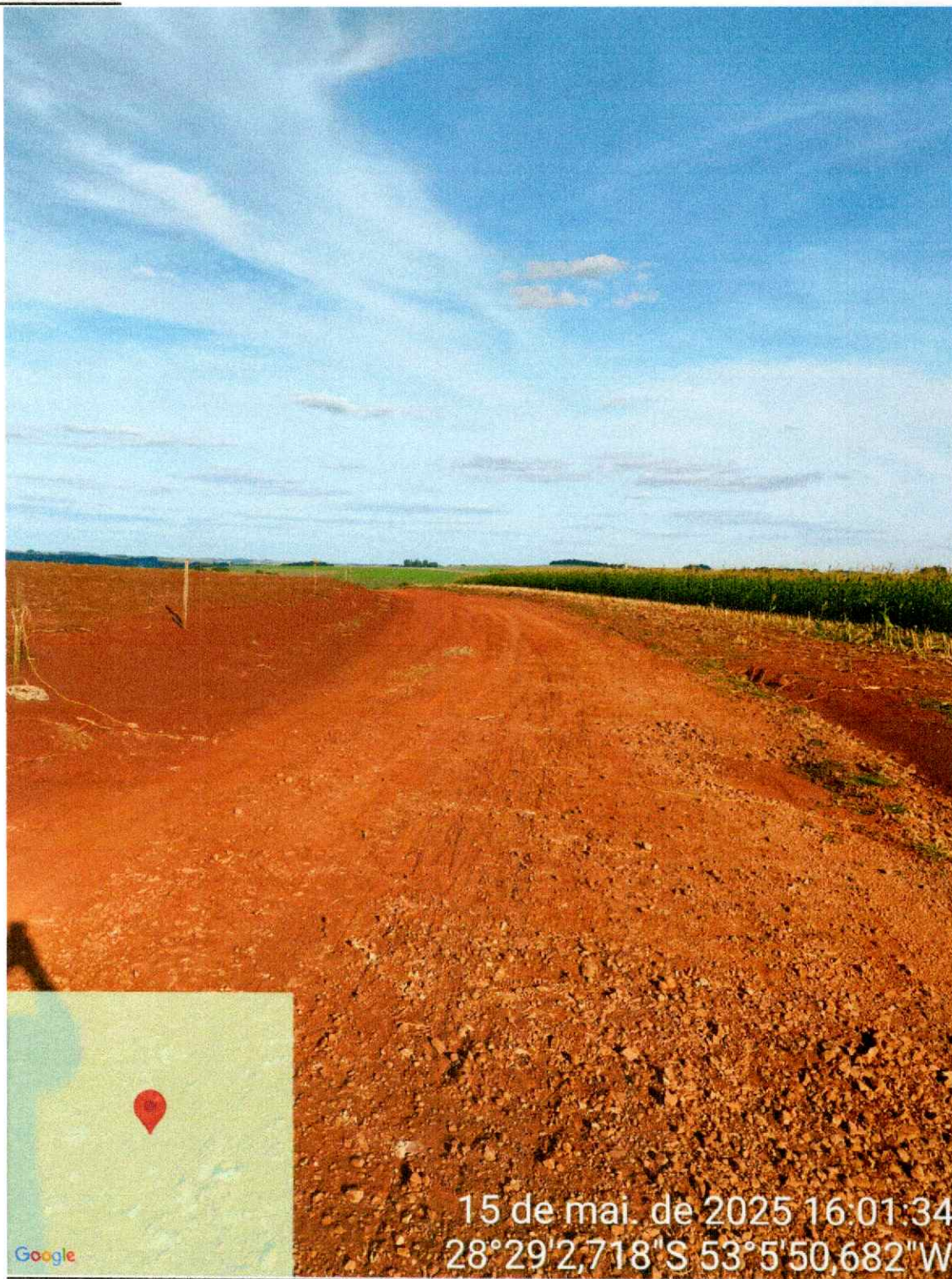
Fotografia 12: Próximo ao fim do trecho 04





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

TRECHO 05



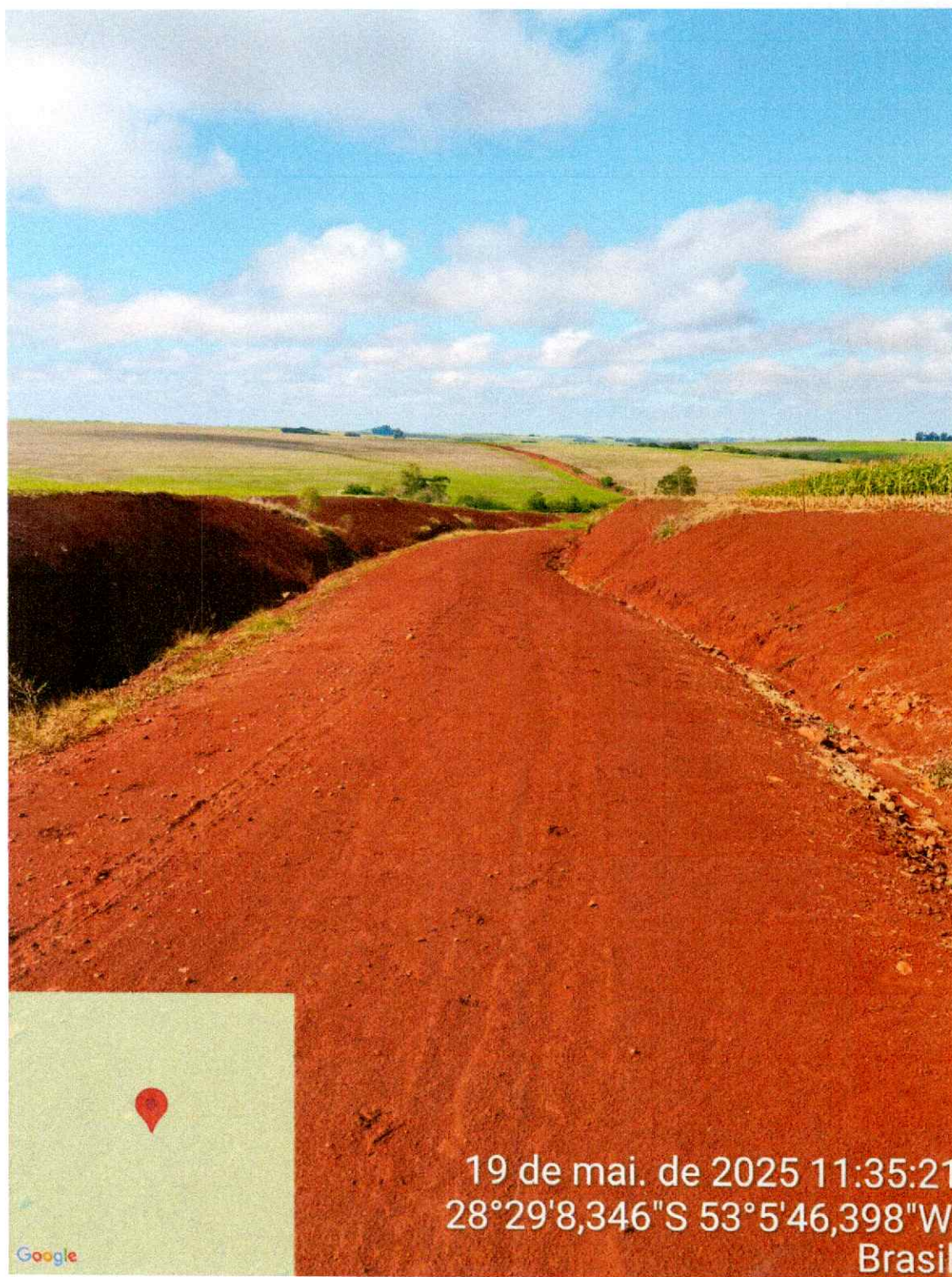
Fotografia 13: Início do trecho 05

*[Handwritten signature]*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho



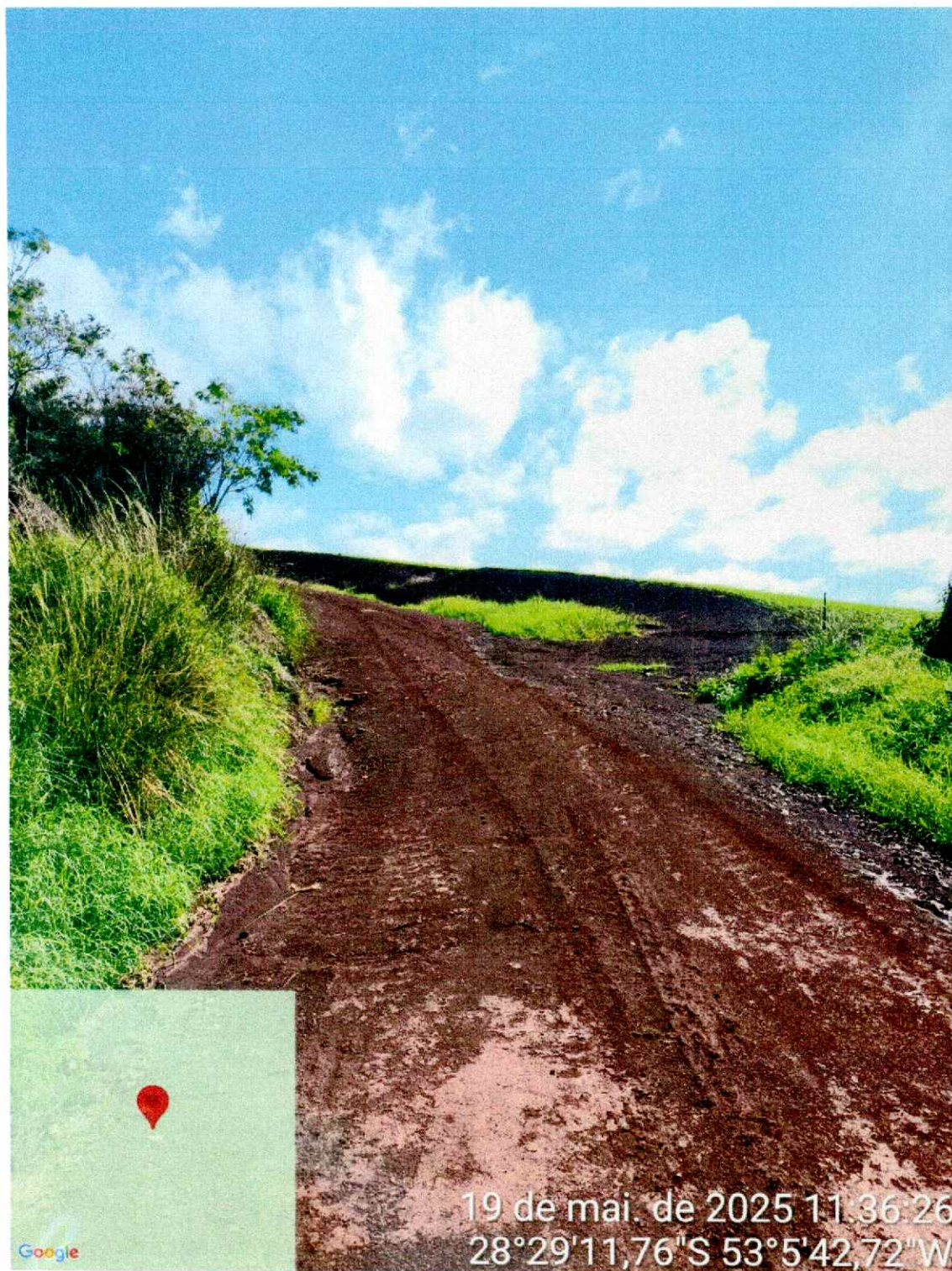
Fotografia 14: Centro do trecho 05

*[Handwritten signature]*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho



Fotografia 35: Fim do trecho 05

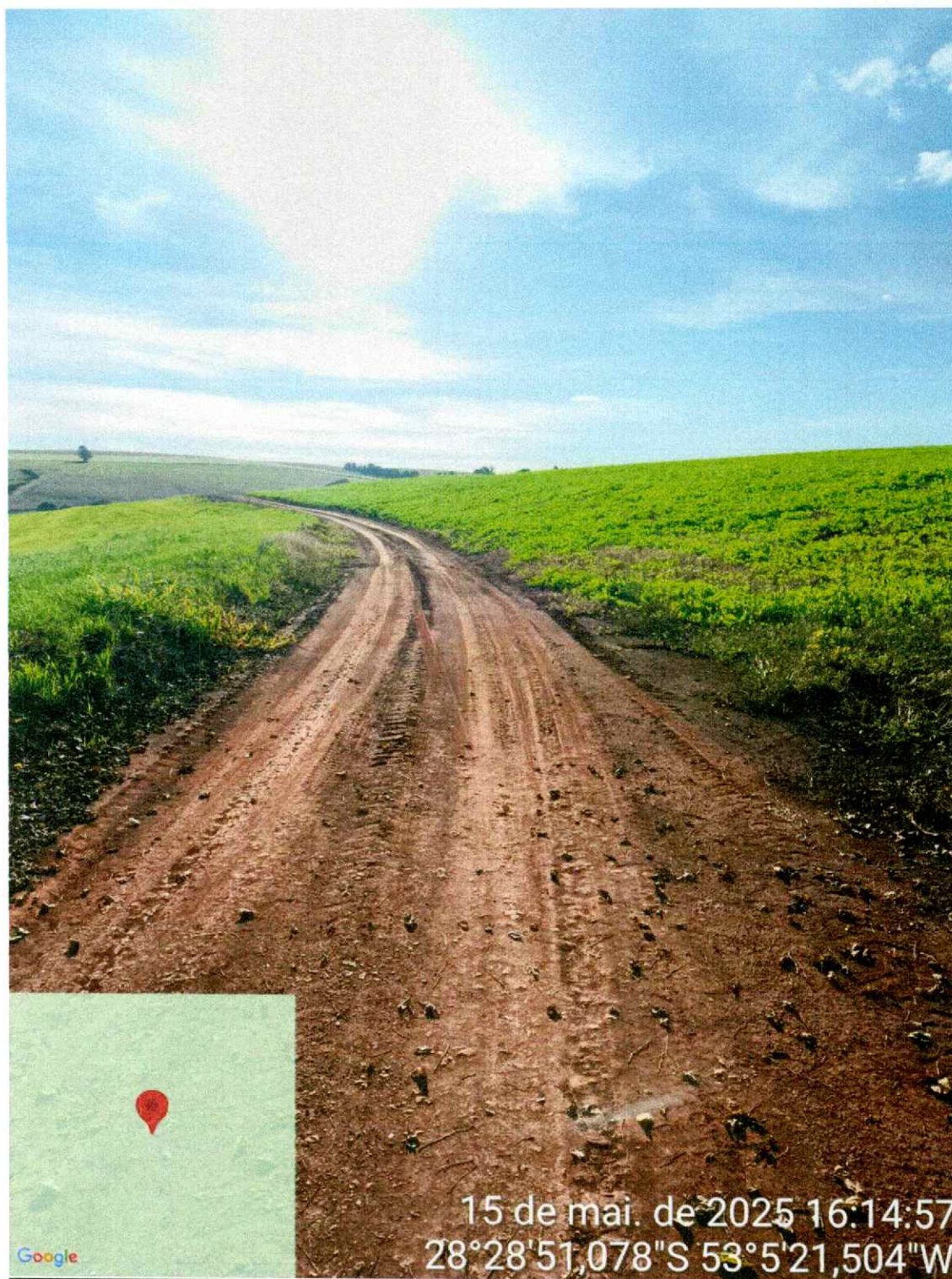
*[Handwritten signature]*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

TRECHO 06

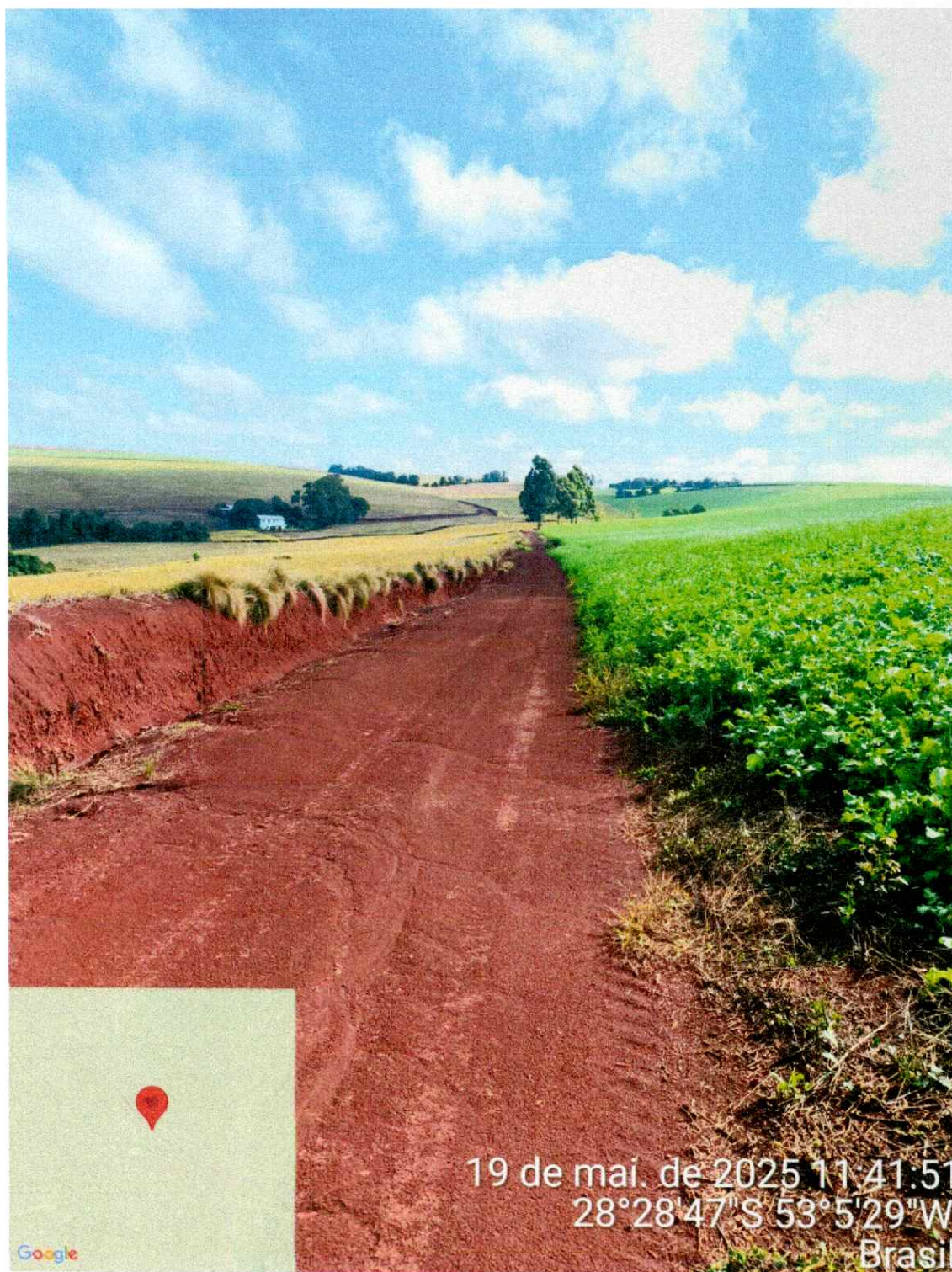


Fotografia 46: Início do trecho 06





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho



19 de mai. de 2025 11:41:51  
28°28'47"S 53°5'29"W  
Brasil

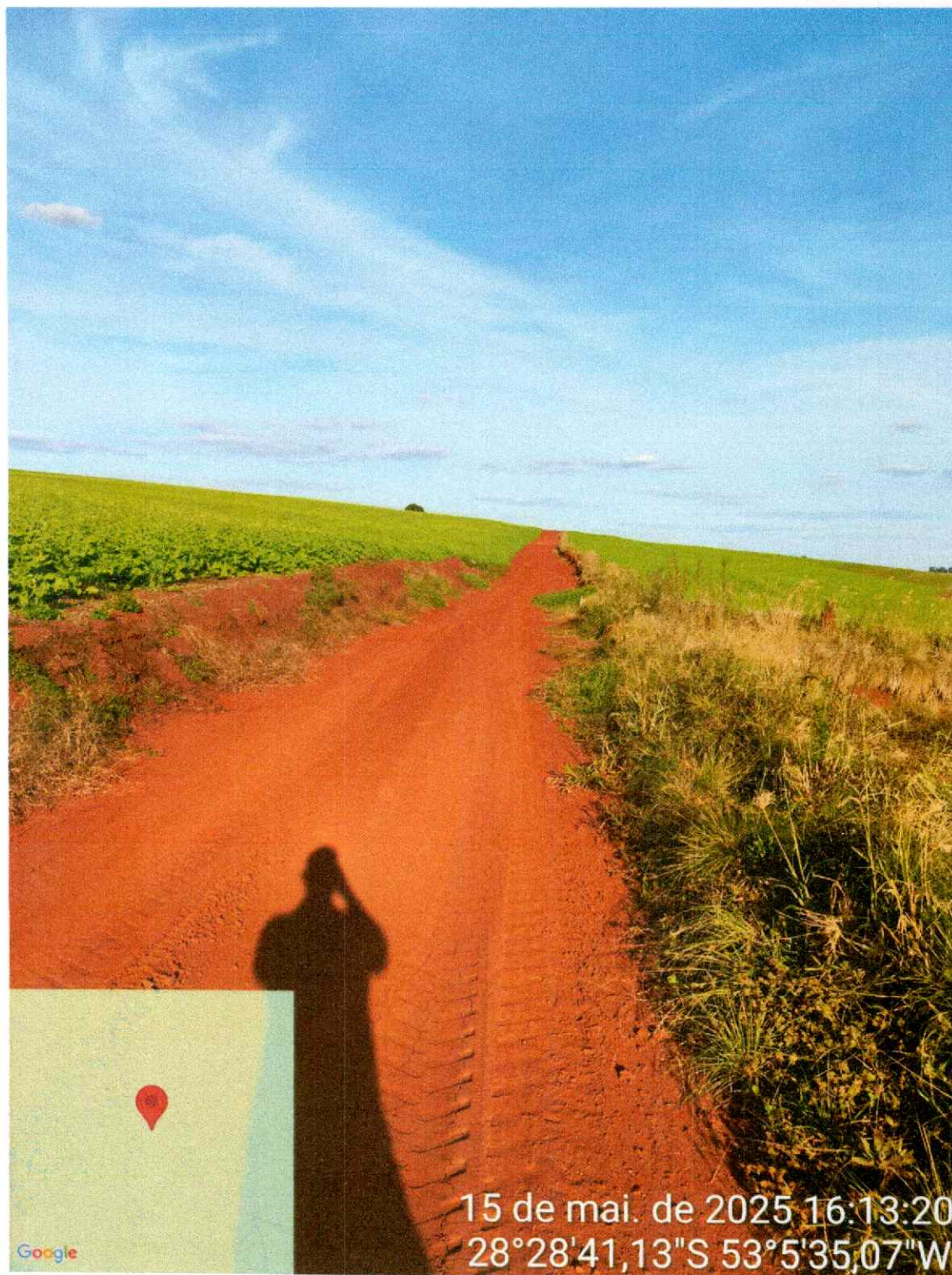
Fotografia 57: Centro do trecho 06

f.d.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho



Fotografia 68: Próximo ao fim do trecho 06

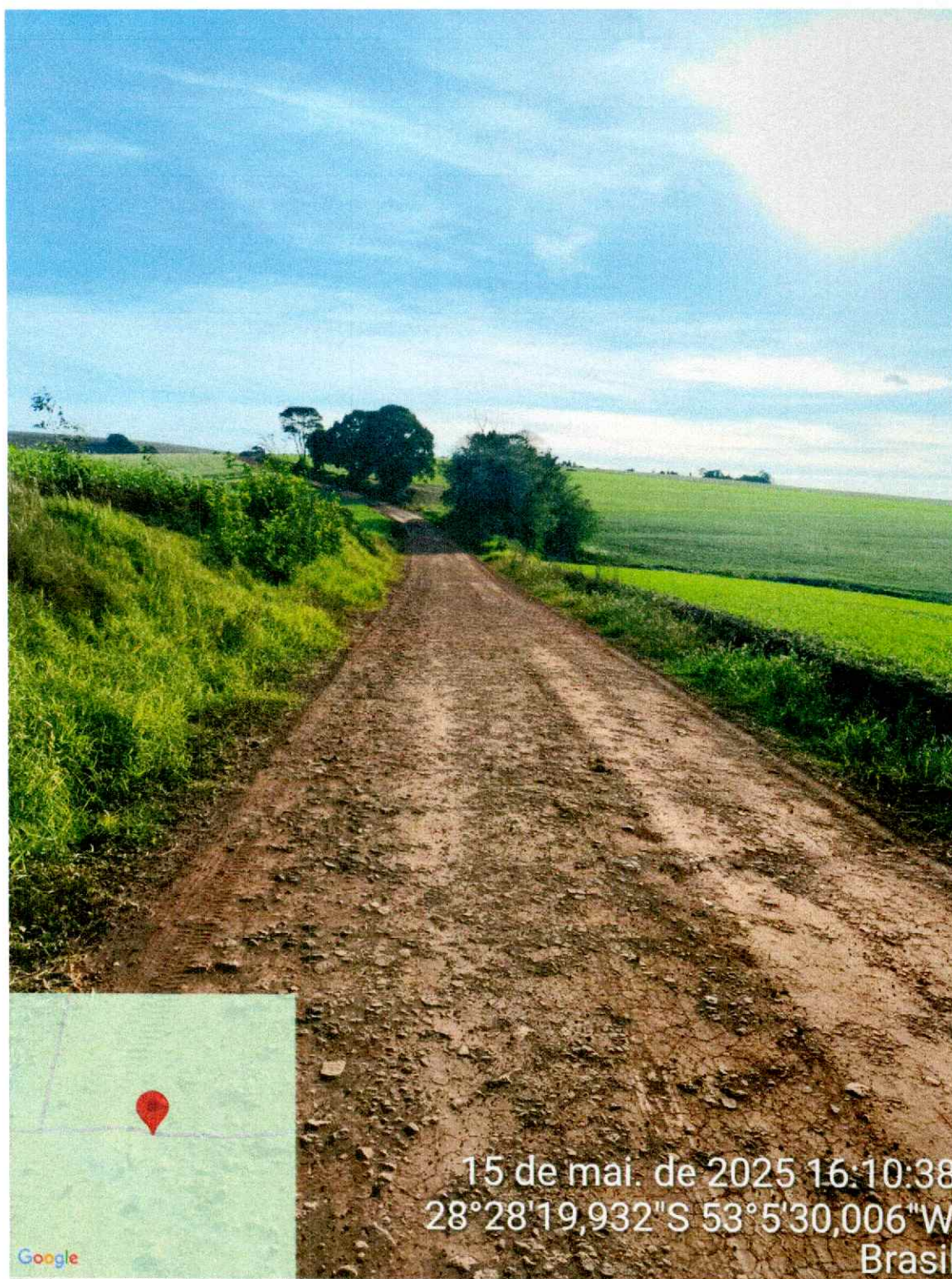
f. D.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

TRECHO 07



15 de mai. de 2025 16:10:38  
28°28'19,932"S 53°5'30,006"W  
Brasil

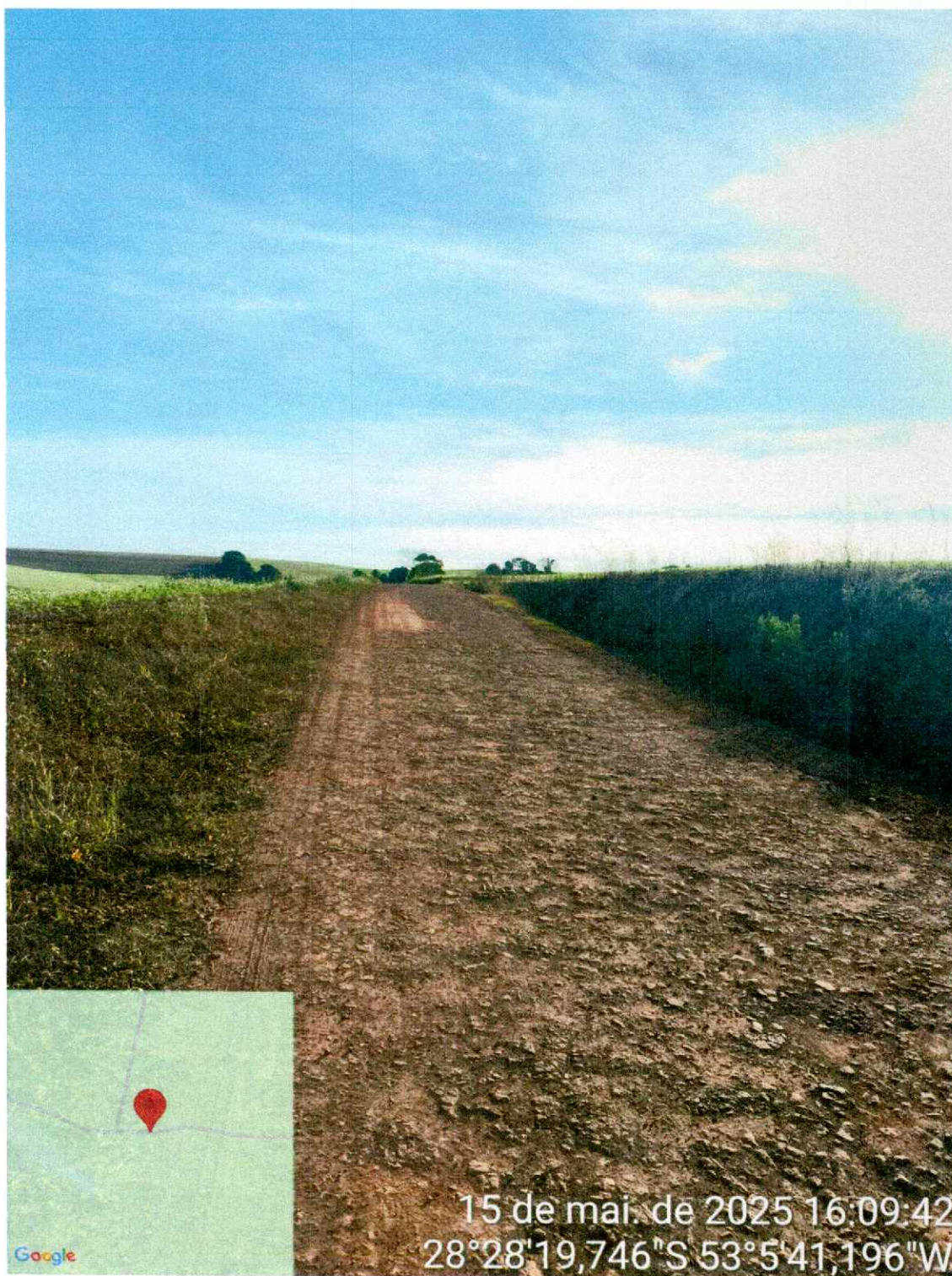
Fotografia 19: Início do trecho 07

*[Handwritten signature]*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

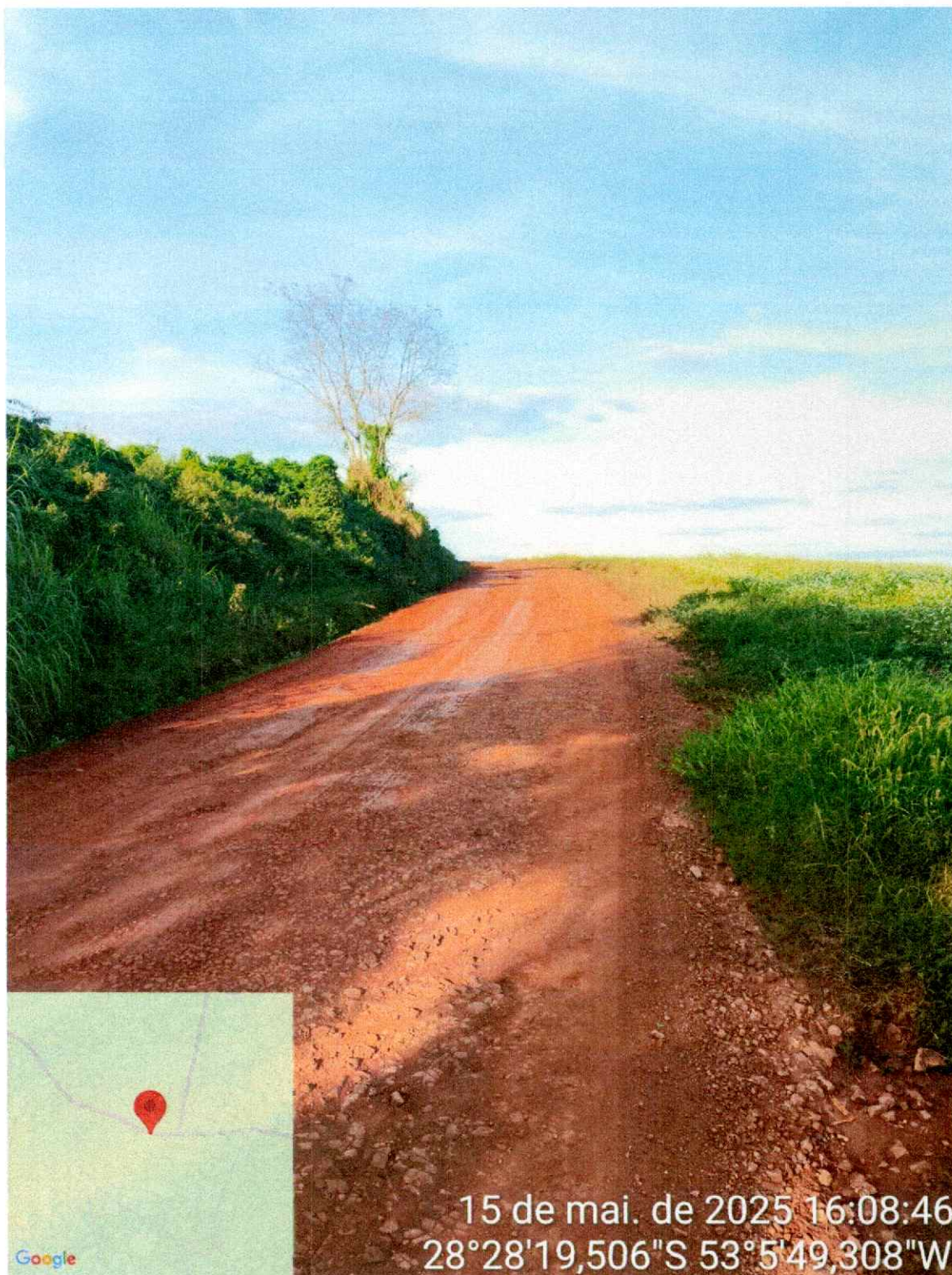


Fotografia 20: Centro do trecho 07





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho



15 de mai. de 2025 16:08:46  
28°28'19,506"S 53°5'49,308"W

Fotografia 21: Próximo ao fim do trecho 07

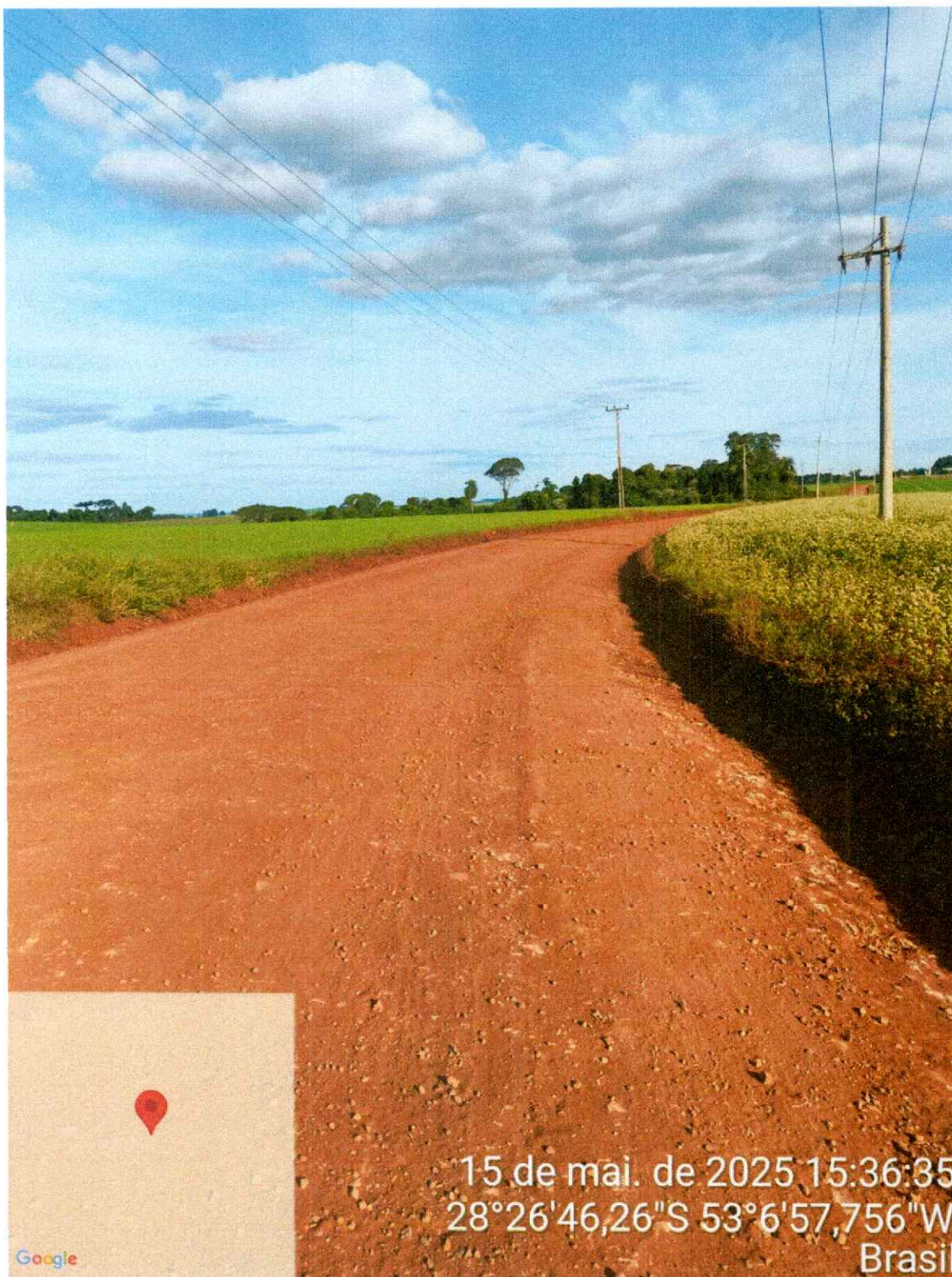
f. S.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

TRECHO 08



15 de mai. de 2025 15:36:35  
28°26'46,26"S 53°6'57,756"W  
Brasil

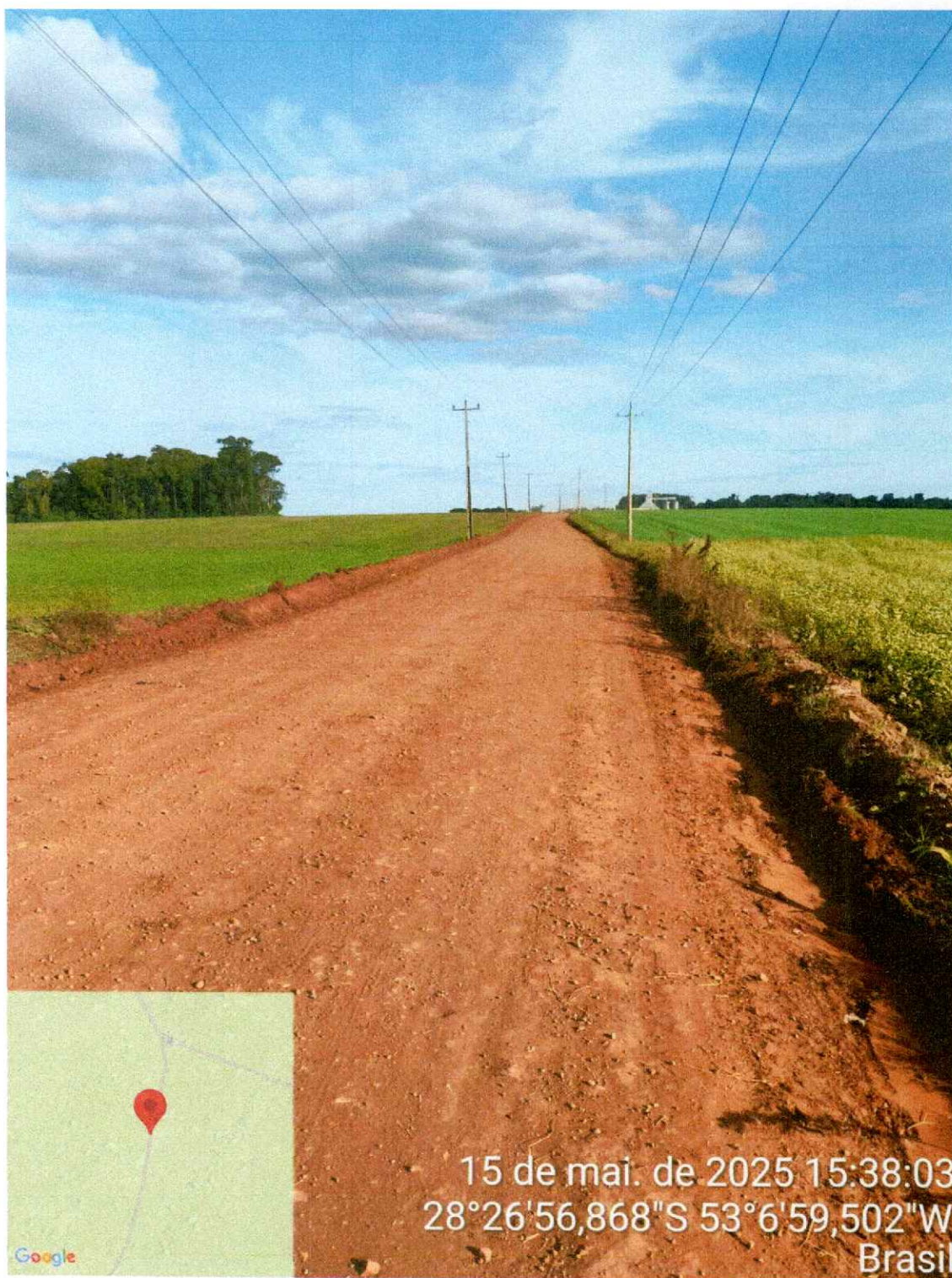
Fotografia 22: Início do trecho 08

f. D.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

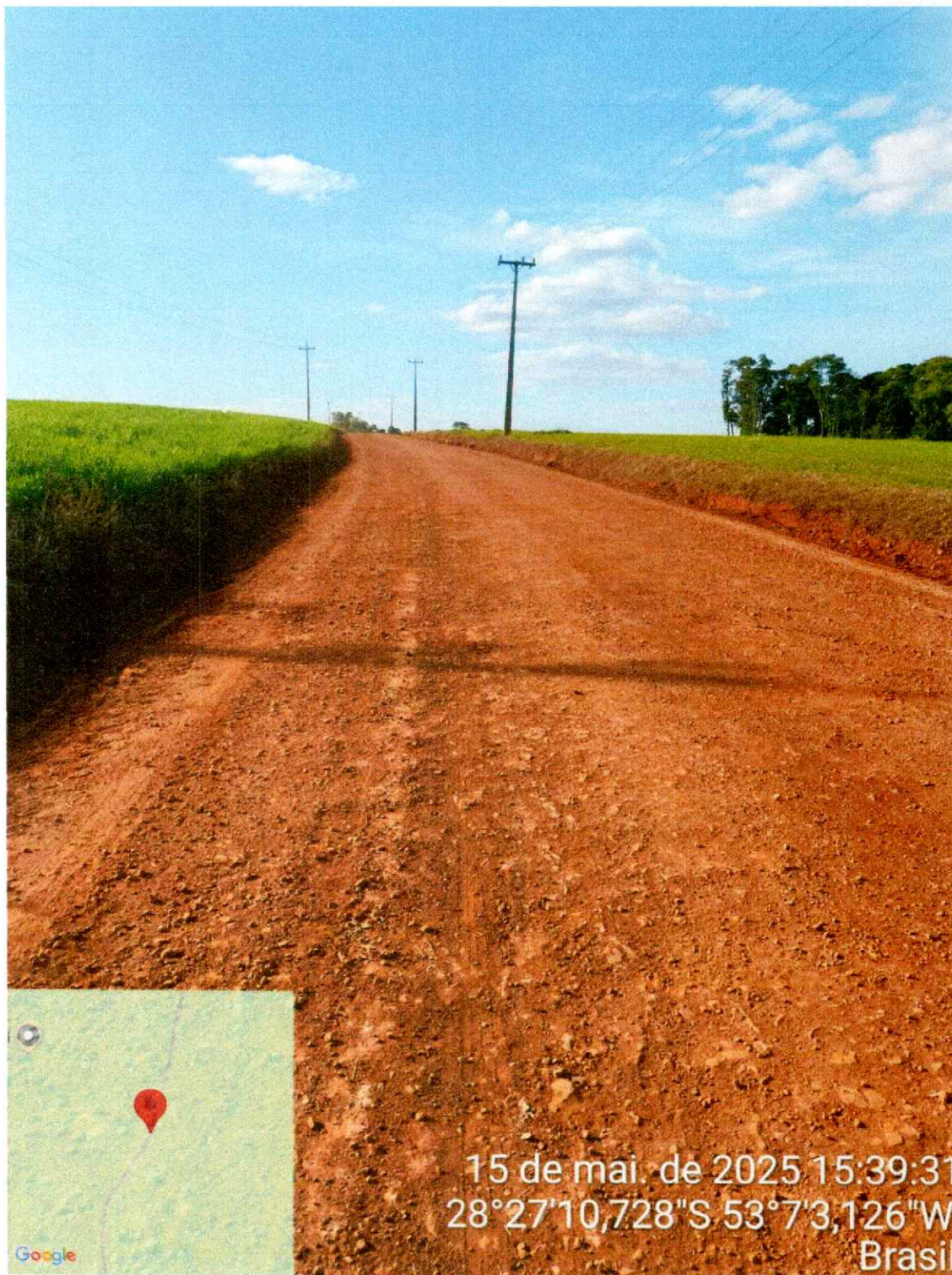


Fotografia 23: Centro do trecho 08





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho



15 de mai. de 2025 15:39:31  
28°27'10,728"S 53°7'3,126"W  
Brasil

Fotografia 24: Próximo ao fim do trecho 08

f. D.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO - ETP (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR)

### INFORMAÇÕES BÁSICAS

COORDENADAS DO TRECHO A SER REGULARIZADO

DESCRIÇÃO - TRECHO	LATITUDE	LONGITUDE	EXTENSÃO DA OBRA	DISTÂNCIA DA JAZIDA
COORDENADAS JAZIDA	28°26'47.67"S	53° 5'46.44"O	—	—
TRECHO 01 LOCALIDADE DE CAMPINAS - INICIAL	28°28'26.21"S	53° 6'48.59"O	400,00 m	6.032,00 m
TRECHO 01 LOCALIDADE DE CAMPINAS - FINAL	28°28'39.14"S	53° 6'47.86"O		
TRECHO 02 LOCALIDADE DE CAMPINAS - INICIAL	28°28'45.22"S	53° 6'47.15"O	750,00 m	6.026,00 m
TRECHO 02 LOCALIDADE DE CAMPINAS - FINAL	28°28'56.39"S	53° 7'9.44"O		
TRECHO 03 LOCALIDADE DE CAMPINAS - INICIAL	28°28'58.44"S	53° 6'37.54"O	240,00 m	5.894,00 m
TRECHO 03 LOCALIDADE DE CAMPINAS - FINAL	28°28'59.17"S	53° 6'28.88"O		
TRECHO 04 LOCALIDADE DE CAMPINAS - INICIAL	28°28'47.84"S	53° 6'37.53"O	500,00 m	5.251,00 m
TRECHO 04 LOCALIDADE DE CAMPINAS - FINAL	28°28'45.28"S	53° 6'19.70"O		
TRECHO 05 LOCALIDADE DE CAMPINAS - INICIAL	28°29'2.61"S	53° 5'50.66"O	360,00 m	5.213,00 m
TRECHO 05 LOCALIDADE DE CAMPINAS - FINAL	28°29'11.63"S	53° 5'42.67"O		
TRECHO 06 LOCALIDADE DE CAMPINAS - INICIAL	28°28'51.09"S	53° 5'21.59"O	500,00 m	4.322,00 m
TRECHO 06 LOCALIDADE DE CAMPINAS - FINAL	28°28'40.82"S	53° 5'35.45"O		
TRECHO 07 LOCALIDADE DE CAMPINAS - INICIAL	28°28'19.64"S	53° 5'30.96"O	500,00 m	3.342,00 m
TRECHO 07 LOCALIDADE DE CAMPINAS - FINAL	28°28'19.46"S	53° 5'49.16"O		
TRECHO 08 LOCALIDADE DE CAMPINAS - INICIAL	28°26'46.26"S	53° 6'57.71"O	750,00 m	2.696,00 m
TRECHO 08 LOCALIDADE DE CAMPINAS - FINAL	28°27'10.13"S	53° 7'2.89"O		

### DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Cascalhamento e recuperação das estradas vicinais, localizada no Interior do Município de Saldanha Marinho/RS, a qual liga a BR 285, em 8 trechos seriamente danificados. A via em questão está com alto nível de deterioração do pavimento existente decorrente da falta de manutenção e erosão causada pelas chuvas, o que dificulta a trafegabilidade sobre a mesma. O trecho também apresenta deterioração devido ao alto fluxo de veículos de grande porte.

### LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

O Cascalhamento e recuperação das estradas trará inúmeras soluções como a segurança evitando acidentes e que veículos tenham seus veículos danificados devido à más condições de trafegabilidade. A falta de manutenção adequada pode levar a danos irreversíveis na estrutura da estrada. Ao realizar a melhoria a trará melhoria na circulação de veículos fazendo o tráfego e ainda o impacto econômico que a melhoria gera beneficiando o transporte de mercadorias e pessoas. Assim, contribuindo para o desenvolvimento local.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

**JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO**

A presente solução foi escolhida pelo custo benefício já que recuperará vários trechos de estrada vicinal entre a comunidade de Campinas até a BR 285, ao qual esses locais são os que mais necessitam de recuperação no momento, porque sofrem seguidamente com enxurradas e servem como vias extremamente necessárias e ativas na escoação da produção agrícola, trafegabilidade civil e transporte escolar.

Além de garantir a segurança dos usuários, preservar a infraestrutura viária e promover o desenvolvimento econômico da região. A implementação dessa medida trará benefícios significativos a curto e longo prazo, justificando plenamente o investimento.

**BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

A contratação de projetos para reforma estradas vicinais, que são estradas secundárias ou de acesso local, traz uma série de benefícios significativos para as comunidades e regiões onde são implementadas. Aqui estão alguns dos principais benefícios:

- **Melhoria da Acessibilidade:** Estradas vicinais bem projetadas melhoram a acessibilidade às áreas rurais e remotas, conectando comunidades a serviços essenciais, como escolas, hospitais, mercados e centros urbanos. Isso facilita o transporte de pessoas, produtos agrícolas e outros bens, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das regiões atendidas.
- **Estímulo ao Desenvolvimento Rural:** O acesso melhorado por meio de estradas vicinais pode estimular o desenvolvimento econômico das áreas rurais, promovendo o crescimento da agricultura, pecuária e outras atividades produtivas. Isso pode gerar empregos, aumentar a renda das famílias rurais e reduzir a pobreza nas comunidades agrícolas.
- **Redução do Isolamento Social:** Muitas comunidades rurais enfrentam isolamento social devido à falta de acesso adequado a infraestrutura de transporte. A construção de estradas vicinais ajuda a reduzir esse isolamento, facilitando o contato entre comunidades, o acesso a serviços sociais e culturais, e fortalecendo os laços sociais e culturais dentro da região.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

- **Segurança Viária:** Estradas vicinais bem projetadas e mantidas contribuem para melhorar a segurança viária nas áreas rurais, reduzindo o risco de acidentes e aumentando a segurança dos usuários da estrada, incluindo motoristas, ciclistas e pedestres.
- **Desenvolvimento do Turismo Rural:** O acesso facilitado por estradas vicinais pode impulsionar o turismo rural, atraindo visitantes para explorar paisagens naturais, patrimônio cultural e atividades recreativas nas áreas rurais. Isso pode gerar receita adicional para as comunidades locais e diversificar suas fontes de renda.
- **Resiliência a Desastres Naturais:** Estradas vicinais bem planejadas e construídas podem desempenhar um papel importante na resposta a desastres naturais, facilitando o acesso de equipes de resgate, a entrega de suprimentos de emergência e a evacuação de áreas afetadas durante enchentes, deslizamentos de terra e outros eventos adversos.
- **Preservação Ambiental:** A construção de estradas vicinais deve ser feita com cuidado para minimizar o impacto ambiental, incluindo a conservação de habitats naturais, a proteção de recursos hídricos e a redução da fragmentação de ecossistemas. Projetos bem elaborados podem incluir medidas de mitigação ambiental para garantir que os benefícios sociais e econômicos não comprometam a sustentabilidade ambiental das áreas afetadas

### 3. DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

#### Introdução

O trecho abaixo descrito será nivelado e revestido com cascalho. Serão executadas valetas e saídas laterais de água conforme o croqui no memorial descritivo. A localização do trecho será de acordo com o croqui do mapa (também no memorial descritivo) da via à ser recuperada.

#### Normas aplicáveis

Não se aplica.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

**Descrição dos Serviços a serem executados**

Será colocada no início da estrada vicinal, em posição visível aos cidadãos que passam pela estrada, uma placa contendo todas as informações sobre a obra tais como, o valor dos recursos a serem utilizados e a origem destes. Terão dimensões de 3,00m x 2,00 m, e o modelo será conforme recomendações do concedente.

Devido à necessidade de equipamentos de grande porte para a execução dos serviços, deverá ser executada a mobilização e desmobilização de equipamentos até a vicinal.

O local mais próximo do canteiro de obras a disponibilizar esses equipamentos é o município de Ibirubá, localizado a 22km do município de Saldanha Marinho/RS. Serão utilizados cavalos mecânicos com Reboque para a mobilização dos seguintes equipamentos:

Carregadeira de pneus com capacidade e de 22 t - 240 kw;

Motoniveladora - 93 Kw;

Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropeido de 221 - 240 kW;

Os equipamentos: Caminhões basculantes com capacidade de 10 m<sup>3</sup> - 295 Kw e serão mobilizados através de condução própria, ou seja, não utilizará cavalo mecânico para deslocamentos, diz-se que vão "rodando".

As sarjetas e valetas servirão para coletar as águas superficiais das precipitações e serão executadas em toda a extensão de ambos os lados da estrada a ser revestida. As sarjetas para drenagem terão (largura de 60 cm, com 15 cm de altura) e, as valetas e saídas laterais d'água (bigodes executados com motoniveladora).

Para revestir a estrada serão necessárias 3.000,00 m<sup>3</sup> de cascalho que será retirado da pedreira com o seguinte equipamento: pá carregadeira que tem capacidade de executar 300,00 m<sup>3</sup>/h e posteriormente levado ao trecho que será reformado para após ser prensado por rolo compactador.

**VALOR ESTIMADO DO SERVIÇO/OBRA**

Valor Global	R\$ 164.782,23
Valor da Contrapartida Financeira	R\$ 21.532,23
Valor do Repasse	R\$ 143.250,00
Data Base do Orçamento	05/2025
Início de Vigência dos Serviços	02/01/2025
Fim de Vigência dos Serviços	28/12/2025
Vigência do Convênio	28/12/2025





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

#### 4. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- **Anexo I - Planilha de Orçamento** *(Planilha Orçamentária planilha de composição do BDI, deverá ser encaminhada em formato XLSX e PDF)*
  - Estimativa de Custos e Formação de Preços
  - Planilha de Composição de serviços
  - Memória de cálculo dos quantitativos da planilha orçamentária;
  - Planilha de Composição do BDI e Detalhamento dos Encargos Sociais,
  - Planilha com cronograma físico-financeiro.
- **Anexo II – ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do projeto Básico, orçamento e demais informações dos documentos.**
- **Anexo III – Mapa ou Croqui da localização da Obra ou serviço de Engenharia**  
*(Anotação de Responsabilidade Técnica deverá ser encaminhada em formato PDF devidamente assinado pelo responsável técnico).*

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo presente documento e seus anexos, apresentamos a proposta para apreciação da equipe técnica de engenharia do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, onde solicitamos a respectiva aprovação.

Saldanha Marinho/RS, 20 de Maio de 2025

**ANA CRISTINA FERRARI**  
Engenheira Civil CREA/RS 101.618 D

**SELMO DAMIANI**  
Prefeito Municipal em exercício